



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 42

Sessão Ordinária Abril

1.ª Reunião em 15/04/2016

Aos quinze dias do mês de Abril do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente António do Pranto Nogueira Leite (chegou atrasado), e Secretariado pela Primeiro Secretário Maria José Teixeira de Moraes Afonso França e o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroteia, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva da Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Miguel António Costa da Silva, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Fernando dos Santos Silva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Aida Isabel Pereira Tavares, Henrique da Rocha Vieira, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa em Exercício declarou aberta a reunião.

Nesta sessão não se verificaram faltas.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Não estiveram presentes o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola e o Vereador João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, António dos Santos Costa, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Maria Margarida Tavares

Bilelo Valério, Fernando dos Santos Silva, Aida Isabel Pereira Tavares e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos, se fez substituir nesta reunião por Miguel António Costa da Silva.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, João Condinho Vargas, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Rita Alexandra Monteiro Batista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, Nuno Orestes Vaz da Silva, Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

A Presidente da Mesa em Exercício informou que iria propor um minuto de silêncio, em virtude do falecimento no dia 27 de Março do Dr. José da Cruz Costa e do falecimento no dia 14 de Abril do Senhor Francisco Fernando da Encarnação Dias. No imediato a Assembleia cumpriu um minuto de silêncio.⁰⁰³

De seguida leu o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. José Costa, subscrito por todos os Grupos Municipais, com o seguinte teor:

«Faleceu no passado dia 27 de Março o Dr. José da Cruz Costa, antigo membro desta Assembleia Municipal, antigo Vereador da Câmara Municipal e candidato pelo Partido Socialista a Presidente da Câmara nas eleições de 2009.

Em Maio de 2015 foi distinguido pelo Executivo camarário com medalha de mérito municipal pelo seu percurso cívico.

A sua vida foi sempre pautada pela honestidade e pelo brio e capacidade profissional.

Homem gerador de consensos e sempre pronto a ajudar quem o procurava são características que se refletiram seja na sua vida pessoal quer no contributo que deu às inúmeras Associações Aveirenses em que se envolveu.

Além da sua intervenção cívica, José Costa desenvolveu uma atividade profissional de relevo em inúmeras instituições públicas e privadas, nomeadamente enquanto administrador da Lacticoop, professor no Instituto Superior das Ciências da Informação e Administração (ISCIA), Director Regional da Agricultura do Centro e Administrador da Universidade de Aveiro.

Os eleitos pelos grupos municipais do Partido Socialista, Partido Social Democrata, CDS-PP, Juntos Por Aveiro, PCP, e BE, propõem que esta Assembleia Municipal delibere um voto de pesar pelo seu desaparecimento a apresentar à sua família e guarde um minuto de silêncio em sua memória»

Colocado à votação o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.⁰⁰⁴

Continuando, leu o Voto de Pesar pelo falecimento do Exmo. Senhor Francisco Fernando da Encarnação Dias, subscrito por todos os Grupos Municipais, com o seguinte teor:

«A Assembleia Municipal de Aveiro, neste momento de dor e de consternação, apresenta sentido Voto de Pesar, bem como sentidas condolências aos familiares e amigos do Senhor Francisco da Encarnação Dias (1931-2016), pelo seu falecimento no dia 14 de Abril de 2016. Francisco da Encarnação Dias, fundador e figura incontornável do Centro Democrático Social, foi eleito como vogal da Assembleia Municipal de Aveiro, nas primeiras eleições autárquicas realizadas após o 25 de Abril, a 12 de Dezembro de 1976, tendo tomado posse a 05 de Fevereiro de 1977.

De 1983 a 1993, exerceu funções de Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro.

Foi Presidente da Região de Turismo da Rota da Luz, entre 1991 e 2005 e assumiu responsabilidades diretas em diversas associações de Aveiro, sendo a Santa Casa da

Misericórdia, o Rotary Club, bem como o Sport Clube Beira-Mar ou o Clube dos Galitos, exemplos do seu amor e dedicação ao associativismo.

Na memória da Cidade, fica também a sua passagem pela Administração da Fábrica Gerónimo Pereira Campos e Teatro Aveirense.

Acérrimo defensor dos valores aveirenses, deu o seu contributo à História Local, com a obra “Teatro Aveirense|Histórias e Memórias”.

A sua entrega incondicional às causas que abraçou valeu-lhe distinção e reconhecimento público, tendo sido agraciado com a Medalha com Brasão de Armas da Região Militar do Centro, bem como com a Medalha de Parta de Mérito do Turismo.

Em 2001, foi distinguido com a Medalha de Mérito Municipal.

Pelo cidadão, pela qualidade da sua intervenção cívica e política em Aveiro, a Assembleia Municipal de Aveiro, na sessão ordinária de Abril de 2016, propõe um Voto de Pesar a enviar à família.»

Colocado à votação o *Voto de Pesar* foi aprovado por unanimidade.⁰⁰⁵

A seguir a Presidente da Mesa em Exercício leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 23FEV16 a 11ABR16;

Ponto 2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, de 2015, da Câmara Municipal de Aveiro;

Ponto 3 – Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2015, da TEMA - Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. - Em Liquidação, EMA - Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – Em Liquidação, MOVEAVEIRO - Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – Em Liquidação e AVEIROEXPO – Parque de Exposições de Aveiro, E.M;

Ponto 4 – Apreciação e votação da 1.ª Revisão do Plano e Orçamento 2016;

Ponto 5 – Apreciação e votação das Propostas de 2ª prorrogação do prazo de liquidação da TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M., EMA - Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. e MOVEAVEIRO - Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M.;

Ponto 6 – Apreciação do 13.º e do 14º Relatórios Semestrais de Acompanhamento da Execução do plano de Saneamento Financeiro;

Ponto 7 – Apreciação e votação da Dissolução e Extinção da AGIR Associação para a Modernização e Revitalização do Centro Urbano de Aveiro;

Ponto 8 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação: Por Políticas Públicas para o Bem-estar Animal.

Continuando, a Presidente da Mesa em Exercício informou que ia colocar à votação do plenário as actas da sessão anterior⁰⁰⁶ em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 40 – Sessão Ordinária em Fevereiro – reunião realizada em 26-02-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 41 – Sessão Ordinária em Fevereiro – reunião realizada em 04-03-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Continuado, a Presidente da Mesa em Exercício⁰⁰⁷ nos termos regimentais, deu início ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos tipificados no Regimento para cada grupo municipal.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados. Estes dias ouviram muito falar nos “papéis do Panamá”. Independentemente da origem e da forma como foram selecionadas as informações dos ditos “papéis do Panamá”, a deixar muitas interrogações, o que estes inequivocamente confirmam é que, de forma legal ou ilegal, os milhões de origem criminosa ou não, colocados nos offshores e nos paraísos fiscais visam não pagar impostos, ficar longe dos olhares do fisco, da opinião pública, dos Tribunais. Visam no fundo roubar os estados e os povos.

Vejam se esses “patriotas” das empresas que fazem parte do PSI 20, as grandes empresas dos grupos económicos cotadas, têm alguma ponta de vergonha quando se sabe que, à exceção de uma, todas têm as sedes fiscais das suas holdings fora do nosso País. Vamos ver se depois de tanta celeuma não fica tudo em “águas de bacalhau”.

As preocupações dos portugueses com o sistema financeiro continuam a ser grandes.

A atuação do Banco de Portugal no caso BANIF acrescenta novos motivos de desconfiança quanto à regulação e supervisão bancária e aos fins que verdadeiramente servem.

Por outro lado, apesar de todas as injustiças que já foram cometidas, das opções que forçaram o povo a pagar os desmandos dos banqueiros no BPN, no BPP, no BES, no BANIF, o risco de o povo ser de novo chamado a pagar a factura dos prejuízos da banca continua a ensombrar o nosso futuro coletivo, colocando-se agora essa preocupação também a partir da possibilidade de constituição de um veículo financeiro que reúna o crédito malparado e os ativos tóxicos da banca nacional.

Ao mesmo tempo, acentuam-se as preocupações quanto ao futuro da Caixa Geral de Depósitos, considerando as dificuldades que a União Europeia pode vir a colocar à sua recapitalização pelo Estado, com o objetivo de fazer desaparecer o banco público, no imediato ou a prazo.

Todas estas preocupações exigem uma resposta política firme e decidida, quer no plano nacional quer internacional.

Da parte do PCP, temos dado uma contribuição para essa resposta, nomeadamente com as propostas que já entregámos para dar combate a fim das offshores e às práticas que

estes encobrem, a que acrescentaremos em breve uma proposta de criação de uma taxa que impeça no imediato a sua utilização para fugir ao pagamento de impostos.

Quanto às outras matérias, na nossa perspectiva as soluções para os problemas do sistema financeiro têm de ser encontradas sem que o povo seja mais uma vez chamado a pagar os buracos da banca, sem comprometer o Estado com os prejuízos da banca privada e assegurando condições para que o crédito possa efetivamente ser gerido como um bem público, ao serviço do país e do desenvolvimento nacional.

E não estamos apenas a falar no controlo público da banca, que continuamos a considerar um elemento essencial para assegurar esses objetivos, estamos também a falar da necessidade de assegurar no imediato condições de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos que reforcem a Caixa e o seu papel enquanto instrumento público de intervenção na política de crédito, particularmente às PME. As preocupações que colocámos anteriormente não deixam de estar ligadas a muitas outras que afligem os portugueses, particularmente na relação que têm com as condições de vida e de trabalho de milhões de portugueses. Ao mesmo tempo que parece haver sempre disponibilidade para considerar e acudir às preocupações do sector financeiro, há milhões de portugueses que precisam de respostas concretas aos problemas das suas vidas.

Nas jornadas parlamentares que o PCP realizou esta semana nos distritos de Vila Real e Bragança, registaram-se muitas dessas preocupações. Não apenas as questões relacionadas com os problemas do interior, as assimetrias e o desenvolvimento regional mas sobretudo as questões relacionadas com os direitos e as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

É urgente uma resposta em defesa dos direitos dos trabalhadores, defendendo a contratação coletiva que os consagra, nomeadamente travando a caducidade dos contratos coletivos.

É necessário combater a desregulamentação dos horários de trabalho, assegurando a compatibilização da vida familiar e profissional, e é também necessária a concretização da redução do horário de trabalho semanal para as 35 horas, não só para os trabalhadores da Administração Pública mas também estendendo as 35 horas aos trabalhadores do sector privado, proposta que o PCP já assumiu que irá apresentar em breve.

Há ainda a importante questão a que é necessário responder com um sentido de justiça social: o direito à reforma das longas carreiras contributivas.

Há milhares de trabalhadores que depois de 40 anos a trabalhar não conseguem ainda reformar-se. Depois de uma vida inteira de trabalho, depois de terem dado um contributo mais que suficiente para a sociedade com 40 anos de trabalho, o mínimo sentido de justiça para com esses trabalhadores impunha que pudessem reformar-se sem penalizações nas suas pensões de reforma. O PCP tem apresentado propostas nesse sentido na AR e essa continuará a ser uma das questões pelas quais continuaremos a bater-nos.

Exmo. Senhor Presidente, Exmos, Senhores Deputados. Ainda em defesa dos interesses do concelho e da região, das suas populações e do seu tecido económico e social, respondendo igualmente a compromissos eleitorais assumidos e a causas de sempre, igualmente informamos que já deram entrada na Assembleia da República três projetos de resolução do PCP, com o objetivo da remoção das portagens nas ex-SCUT A29, A17, A25 e também nas A41 e A28. Tenho dito”

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [009](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Venho aqui falar relativamente ao que ocorreu há

quinze dias no panorama internacional e a nossa ligação efetiva a esse grande país que é Angola. E aqui prestar homenagem relativamente ao grupo dos ativistas angolanos, 15+2, mais conhecidos assim, que foram condenados, por estarem a ler um livro, a vários anos de penitenciária por confrontarem diretamente as políticas ou as opções políticas do regime angolano.

O Bloco de Esquerda mais uma vez, como fez noutros sítios e em outras localidades deste país, apresenta aqui um pequeno texto, um Voto de Solidariedade, relativamente a esta deliberação angolana e assim transformar este apelo num ato de solidariedade desta Assembleia para com estes ativistas.

O processo contra Luaty Beirão e os restantes ativistas Angolanos foi concluído a 28 de Março de 2016, todos eles tiveram entre dois a dezoito anos de prisão. Os ativistas foram condenados por terem participado por terem promovido uma leitura do livro “Da Ditadura à Democracia”! Ou seja, por exercerem direitos fundamentais declarados nos Direitos Universal Humanos. Ou seja, toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de religião. Igualmente detidos, abusivamente tratados e com os seus direitos restringidos, os ativistas levaram a cabo uma greve de fome para chamar atenção para a injustiça de que estavam a ser vítimas. Luaty Beirão, com familiares aqui no concelho, fez uma greve de fome longa de trinta e seis dias.

A Amnistia Internacional já se pronunciou publicamente em termos dos ativistas, alegando que o grupo dos 15+2 estavam pacificamente reunidos para discutir preocupações de política e de governação sobre a liderança do presidente José Eduardo dos Santos que está no poder à trinta e seis anos. Existiu mesmo uma campanha internacional, apelando à liberdade de expressão e da liberdade dos ativistas. Contudo o regime político angolano não se inibiu de levar por diante a encenação judicial e concluir com prisão, todo um processo que violou recorrentemente e deliberadamente a lei angolana e o direito internacional.

Proponho assim que esta Assembleia possa assim exprimir este ato de solidariedade para com os ativistas presos se for ainda permitida esta situação uma vez que deveria ser feito antes da ordem-do-dia? Entrego então na Mesa. Obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [010](#)

“Obrigado Senhora Presidente. Eu era para chamar atenção de algumas situações que quanto a mim e nesta altura posso considerar um pouco anormais porque não se justificam. Refiro-me à insegurança que aqui em Aveiro nos é imposta No dia dois deste mês, no mercado de Santiago um indivíduo ao pedir uma moeda a uma senhora que estava a estacionar, como esta não lha deu deu-lhe uma facada numa cocha. Isto é importante para se saber que estas coisas acontecem.

No parque de estacionamento das Feiras, nas duas vezes que lá fui, encontrei sempre um indivíduo que na abordagem aos automobilistas criava o receio de medo. Sei que a secretaria da Feira informou mais que uma vez a PSP, no entanto tudo continuou na mesma. E eu pergunto Senhor Presidente da Câmara se não era tempo de se discutir estas coisas no Conselho Municipal de Segurança. É que o último foi há um ano em fevereiro. O Senhor Presidente da Câmara informou-nos que o próximo seria em junho, como não foi feito no ano passado espero que quanto mais depressa melhor, porque estas coisas se forem discutidas pelo menos vão ser lembradas. E também queria informá-lo que o jardim da Baixa de Santo António a água já nem se vê. Já não se sabe se existe água se é a sujidade que tem por cima. Eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara que tomasse providências porque estas coisas passassem a ser melhores. É só”

Vogal Anselmo Castro (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[011](#)

“Quería falar sobre assuntos que não são tanto do dia-a-dia, mas que é importante debruçarmo-nos sobre eles. Estou a falar sobre algo que a um ano e tal de novas eleições era bom que entrasse no discurso e no discurso dos vários partidos, tendo como ponto de partida algumas coisas que eu julgo que podem ser consensuais. Estou a falar de quê?

Estou a falar que um município como o de Aveiro, com as ambições de Aveiro, e com a capacidade do município de Aveiro tem de ter uma visão estratégica. E essa visão estratégica para além de uma ausência de um plano estratégico que nunca foi aprovado e de muitos outros documentos, está realmente ultrapassado pelas necessidades do dia-a-dia e da urgência do financiamento para a dívida, que são importantes e que se têm de reconhecer o esforço importante da Câmara, mas a vida vai um bocado para além disso.

Olhando por exemplo para os documentos sobre a revisão do PDM e sobre a visão estratégica, é realmente muito pouco. Começa por uma manifestação de autocontentamento, somos os melhores nisto, somos bons naquilo, etc, mas é muito bom para a moral mas talvez a realidade não seja essa. Portanto apenas refere uma série de vantagens. Era bom que fizesse uma análise das vantagens e dos riscos que existem porque cada vantagem é um risco. Por exemplo, começo por dizer que Aveiro tem uma situação geográfica privilegiada, poderá ter, poderá ser um dos polos do eixo litoral português, poderá ser no extremo. No outro extremo poderá ser um mero subúrbio sul da área metropolitana do Porto – não sei se queremos ter isso ou pensarmos o que devemos ser e o que queremos ser.

Fala por exemplo no perfil da população e congratula-se muito em ter um nível de formação superior à média nacional. Era o que faltava que não tivesse! Uma cidade média portuguesa com uma Universidade com projeção a nível nacional e mesmo internacional era o que faltava que não tivesse. Mas as bacias de mercado de trabalho não são o município!? Se formos ver algo mais parecido que isso que é a região do Baixo Vouga, ou níveis de formação do Baixo Vouga são inferiores à média nacional. E portanto isso afeta Aveiro. Portanto era importante pensar nisso e o que é que podemos fazer. Por que se formos ver Coimbra ou Vila Real, têm índices médios superiores à média nacional. Portanto era importante tratar disso e pensar em questões estratégicas de alguma coisa como isto. Devido a situações que nós não podemos controlar como para as profissões qualificadas o que se paga em Portugal é extremamente baixo. Temos os nossos jovens qualificados a irem embora e a nossa capacidade de atrair jovens qualificados é extremamente baixa — o que é que podemos fazer para fazer isso.

Eu sinto isso na pele como coordenador de uma unidade de investigação. Tento contratar pessoas com pós doutoramento é um sarilho porque eles não querem vir para cá. Se na Holanda ganham três vezes mais e se Lisboa é muito mais atrativo, nós temos um problema sério. Como é que resolvemos esse problema é algo estratégico e importante que não nos devia dar grande contentamento mais sim reflexão.

Fala-se também com contentamento que nós temos os índices de crescimento de população superiores à média! É melhor acordar para a vida. O que vai acontecer em Aveiro, a melhor das hipóteses é manter. Não vai haver crescimento nenhum. No Baixo Vouga podem ter a certeza que a população vai diminuir no melhor dos cenários. Não há qualquer dúvida sobre isso. E vai haver uma situação em que todos os municípios vão atrair uma população que é escassa. Não competir por uma população que é escassa. O que é que nós temos para pensar sobre isso?

Não vamos falar de crescimento de parques industriais etc, porque o emprego vai diminuir versus população – pessoas em idade de trabalhar. Portanto qualificar muito bem, melhorar muito bem, grandes expansões não sei para quê!

Portanto uma estratégia tem de ser baseada nestas coisas e talvez um pouco menos em situações de autocontentamento.

Aveiro tem realmente vantagens ligadas à Universidade e a algumas empresas de ponta que tem e, portanto, como mantê-las? Tem um Parque de Ciência e Inovação que é uma coisa importante, com uma estratégia que passa pela Universidade mas passa também por muitos outros sítios no município de Aveiro de como ligar esse Parque ao tecido económico do município de Aveiro, que é uma coisa que transcende muito o próprio Parque e a Universidade. Portanto o meu apelo é que era bom que nós começássemos a discutir isso. Esta discussão estratégica pelo ambiente de crise, crise nacional, crise local, tem sido muito afastada do discurso. Aveiro têm-se ainda afastado ainda mais que a média. Aveiro que há uns anos estava muito na agenda das discussões, das ações públicas, que era conhecida pela sua capacidade de reflexão, que se distinguiu pelo Aveiro Digital e por outras ações que na altura eram pioneiras, e tem que o ainda temos voltar a ser. E não estou aqui a falar de dinheiro nem de orçamentos. Tem de o voltar a ser. Tem de ter uma estratégia para isso. Portanto era bom que por exemplo se organizasse uma série de atos de reflexão de pessoas especializadas etc. para que Aveiro tenha realmente uma estratégia. Não é convidar assim para uma coisa para ser baratucha com umas linhas que são iguais em Aveiro como em qualquer outro sítio sempre com a mesma conversa, que infelizmente é o que há mais em planos estratégicos por aí. Uma verdadeira discussão de o que é que Aveiro quer ser, das suas vantagens, mas também das suas limitações em termos estratégicos. Em termos estratégicos é muito mais importante saber quais são as nossas limitações que andarmos alegremente a vangloriamo-nos de umas vantagens que não sei se são vantagens.

E portanto, eu aproveitava esta altura para dizer que às vezes é útil nós separarmos do discurso do dia-a-dia, dos problemas do quotidiano e tentar pensar no futuro. E esta ambição de melhorarmos no futuro acho que não conhece partidos — todos temos a mesma. Podemos ter ideias diferentes de como o fazer, mas todos estamos de acordo com estes princípios. Portanto era isto.”

Vogal Paulo Fontes (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[012](#)

“Muito obrigado. Boa noite a todos os deputados da Assembleia Municipal. Fazer quatro apontamentos diversos que o Senhor Presidente se não responder agora ou poderá fazê-lo no primeiro ponto da ordem de trabalhos.

A minha primeira nota tem a ver com o desabamento que ocorreu à cerca de dois anos na rua António Rodrigues, em que aparece um prédio parcialmente demolido, parece um quadro surrealista, mas com um efeito estético bastante desagradável, para a quantidade de turista que passam. E também nestes dias de intempérie também é uma questão de preocupação de segurança pública.

Gostava de saber se a Câmara está cinete e se está a fazer alguma coisa para resolver esta situação.

Outra pergunta é sobre os corredores ecológicos de Aveiro. Penso que houve um projeto com financiamento do programa MaisCentro, se passarmos na N109 ainda vemos algumas placas de sinalização a anunciar esses projetos na zona da Ribeira do Buragal e do Esteiro de São Pedro, e eu gostava de saber qual o estado desse projeto. Se ele foi concluído parcialmente, totalmente, se ainda há alguma coisa a fazer. Porque este é um tópico que me interessa e esta questão dos corredores ecológicos poderá ser estratégico para os acessos à cidade em meios suaves.

Também uma questão relacionada com a zona de estacionamento no Bairro da Beira-Mar. Ou seja uma sugestão de melhoria e com a sinalização de que aquela zona é uma

zona exclusiva de estacionamento aos moradores. Isto porque os sinais que existem não estão em locais visíveis e portanto presta-se a estacionamento abusivo. As pessoas são multadas, não percebem porque é que estão a ser multadas. Portanto uma melhoria de sinalização poderia funcionar a favor quer a quem lá seja morador quer a quem não quer ser multado.

Finalmente uma outra nota. Eu lembro-me na minha primeira Assembleia Municipal em que aprovamos uma série de regulamentos, alguns tinham a ver com a questão de regular a publicidade e de criar também algumas receitas para a Câmara.

Tenho-me deparado com aquilo que é, julgo, uma situação abusiva por parte de algumas empresas do ramo imobiliário que usam elementos de mobiliário urbano para publicitar casas ou casas já vendidas. Eu gostava de saber se tem havido entrada de receita por parte destas empresas no sentido de estarem a usar a via pública para publicidade e se ela cumpre o regulamento e também não cumprindo saber qual a melhor forma de denunciar estas situações abusivas. Obrigado.”

(Entretanto, deram entrada na sala o Vogal Henrique Manuel Morais Diz e o Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, que assumiu de imediato a presidência da Mesa.)

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹³

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰¹⁴

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁵

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁶

“Muito o obrigado Senhor Presidente. Eu gostaria por começar por lamentar não ser possível estar nesta Assembleia quando da votação dos votos de pesar pelo falecimento do Dr. José Costa e do Senhor Encarnação Dias, pessoas que eu muito estimava e cujo desaparecimento deixa significado profundo na vida aveirense.

Depois, passando a questões menos desagradáveis queria convidar o Senhor Dr. Jorge Nascimento para me substituir nas minhas faltas e impedimentos nas aulas de gestão face à intervenção que teve a propósito da gestão de recursos humanos na Câmara Municipal de Aveiro. Eu devo dizer senhor deputados que fiquei tão surpreendido com a sua eloquência sobre essa matéria que me pode substituir com vantagens para os meus alunos.

Depois gostaria de saudar esta nova forma de fazer gestão pública em Portugal que é a informalidade absoluta. Eu tenho um conjunto de amigos que não deixarei de recomendar ao Senhor Presidente da Câmara para o assessorar nos assuntos que tem para tratar, com grande poupança do erário público, e depois se alguém da oposição levantar problemas a gente faz-lhe um contrato de dois mil euros mês mais IVA que não queremos ser acusados de fuga ao fisco. Sendo que o Panamá poderia dar algum jeito nisto mas enfim. Panamá não. Podíamos ligar isso a uns helicópteros e a uns sistemas de comunicações, a uma empresa de manutenção aérea, coisas assim desse estilo, mas não vale a pena.

Finalmente, para continuar neste estilo despreocupado que hoje me traz aqui, está um tempo muito mau e os senhores da Feira de Março não têm tido uma situação muito fácil. Permitam-me que leia um bocadinho de um relatório do INE que confirma aquilo que viemos a afirmar há muito tempo. A situação portuguesa teve uma situação de investimento confrontados com a incerteza fiscal, as empresas terão decidido abrandar os planos de investimento, nada que o INE não tivesse avisado a seu devido tempo de que a economia portuguesa tinha sido afetada pela incerteza política nestas matérias.

Estamos todos perfeitamente à vontade. Aqueles que defendem a política do atual Governo e aqueles que entendem que a política do atual Governo nos conduz à desgraça, estamos todos perfeitamente à vontade, cá estaremos todos para votar um novo plano de resgate que está a caminho graças ao aumento de emprego significativo que se tem verificado e graças ao aumento significativo das exportações que a nova política de governo conseguiu trazer para Portugal. Portanto cantando e rindo cá nos encontraremos num dia destes. Obrigado Senhor Presidente.”

Presidente da Mesa:⁰¹⁷

“Bem, eu tenho usado aqui uma política que eu sei que é uma palavra que vai desagradar a algumas bancadas, mas eu tenho usado uma política liberal de deixar que as pessoas invoquem a honra, quando é óbvio que não foi ofendido honra nenhuma. E portanto eu não vou penalizar V. Exa quando tenho sido mais liberar com outros do que agora.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹⁸

“Eu não tive a felicidade de ser aluno do Senhor Dr. Henrique Diz. Mas no meu percurso de vida de sessenta anos de trabalho teria aceitado de bom grado faltar 22 dias por anos. Só isto. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

“Boa noite a todos. Só três notas sobre três assuntos. A esmagadora maioria dos assuntos são da actividade municipal e deixarei para esse ponto. Aliás há um assunto que nem sequer é da actividade municipal. O Dr. Jorge Nascimento anda sempre baralhado de todo e o assunto que focou é o balanço social que está num ponto específico para nós discutirmos. Apenas há uma notícia jornalística muito fraca que baralha os números todos, se bem que eu compreenda que fazer uma notícia de um quarto de página de um relatório que tem cento e cinquenta é, de facto, um exercício muito complexo. Mas temos um ponto para tratar disso e, obviamente, lá iremos porque o Sr. Dr. disse um conjunto enorme de disparates, embora na actividade municipal darei algumas notas sobre essa matéria.

Três questões apenas. A primeira em relação às SCUTs. A questão que o Filipe Guerra referenciou, leva-me a dizer que eu tenho sido um apoiante e algumas propostas do Partido Comunista. Fui apoiante da proposta da redução do IMI para zero quatro, infelizmente correu mal; ou melhor, correu semi-mal porque a negociação do Partido Comunista com o Partido Socialista obrigou a que o acordo ficasse em zero quarenta e cinco. Ok, antes zero quarenta e cinco que zero cinco. Aliás, além do mais, eu já saudei publicamente isso. Foi uma pena que o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista não tivessem apoiado a boa proposta do Partido Comunista e tivéssemos ficado pelo zero quatro, embora seja o zero quarenta e cinco seja uma evolução positiva. Registe-se e eu próprio já anunciei a nossa adesão ao nosso novo limite facultativo, porque o nosso Município vai poder optar entre zero quarenta e cinco e zero cinco dado ser um Município FAM. Mas, Filipe Guerra, dar-lhe nota que em relação às SCUTs estamos numa lógica parecida. Quero deixar aqui o meu apoio à proposta do Partido Comunista também de forma parcelar. Há muitos anos que nós temos defendido a não cobrança nos chamados circuitos de curta distância, referenciando a curta distância como circuitos intra NUT III, aqueles que estão dentro de uma NUT III. Já no âmbito das funções na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro já apresentámos um documento ao actual Governo sobre as portagens, a questão dos pagamentos, nós não defendemos a

absolvição total, essa não é a nossa perspectiva. Portanto, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro já reiterou formalmente ao actual Governo essa proposta. Temos também aqui um apoio mas diferente daquela que é a proposta pura e dura que o Partido Comunista já apresentou.

Segunda e terceira notas já que elas ligam-se e que tem a ver com a intervenção do Ernesto Barros e que é a questão do Plano Nacional de Reformas. De facto, também já manifestei publicamente a minha opinião, acho uma pena, uma perda de oportunidades, espero que o Governo tire boas ilações do debate público que está aberto, foi lançado um documento, embora seja só um powerpoint, estas coisas dos powerpoints é sempre muito limitadora para quem quer apreciar matérias com profundidade, mas é o que temos. Portanto, está lançado um debate público que terminará no final deste mês de Abril com uma decisão de quem de direito, o Governo, envolvido também numa ambiência de discussão, não de deliberação, da própria Assembleia da República. Dizer que, de facto, há dois ou três aspectos que enalteço e que acho que são muito importantes no Plano, nomeadamente a componente do regresso da educação, de acções de formação e educação, de adultos. É algo de muito importante e que acho que é um regresso que se saúda. Uma outra questão que ainda não se percebeu muito bem como é que funciona mas a ideia em si é muito interessante e que é um fundo nacional para a reabilitação de edificado público com valor patrimonial. Saúda-se isso embora está muito coisa por perceber em relação aos pormenores. Mas a ideia em si é uma boa ideia, bem-vinda, porque temos, a esse nível, muitos problemas no país. E uma terceira, aliás falei sobre ela ao Sr. Primeiro-ministro quando aqui estive na acção do simplex+, que é a questão da reforma profunda do licenciamento ambiental, o chamado LUA - Licenciamento Único Ambiental. No fundo é colocar numa só lei as onze leis que regulamentam o licenciamento ambiental. Aliás, o Governo anterior fez um exercício muito interessante a esse nível, reforma profunda do licenciamento ambiental, apenas a prática e a execução do quadro legislativo tem sido o mais completo desastre e os procedimentos estão cada vez mais complexos, mais demorados, etc. é muito importante uma reforma a este nível porque o licenciamento ambiental é muito relevante para coisas públicas tão importantes como a defesa costeira. Veio agora uma notícia inacreditável que é a obrigatoriedade de estudos de impacto ambiental para esporões de quebra-mar. Nunca houve semelhante regra em Portugal mas está agora de regresso. Há depois as matérias ligadas ao investimento público e especialmente ao investimento privado que, de facto, é preciso dar a volta ao licenciamento ambiental. Dar a volta em termos de agilidade, em termos de procedimentos, e não em termos de rigor porque, obviamente, queremos defender os nossos valores ambientais. Mas para isso não é preciso tanta burocracia, tanta problemática, para tratar dessa matéria.

Obviamente que depois o Plano tem banalidades inacreditáveis. Um Plano Nacional de Reformas querer dinamizar a economia do mar, apoiar o desenvolvimento agrícola e aumentar a qualidade do serviço nacional de saúde, é para quem, de facto, não tem mais ideias relevantes nenhuma em termos de reforma. São três ideias importantes, que temos que ter sempre como objectivo. Colocar isto no Plano Nacional de Reformas é, de facto, absolutamente incompreensível. Há, na minha opinião, três ausências muito graves. A primeira é a ausência da colocação da reforma, em termos da atitude do Estado, sobre a conquista de investimento privado e de investimento com recursos públicos no território nacional. Há uma quase completa omissão. Há uma excepção que é uma estratégia na área da inovação. Nós temos que ter uma estratégia profunda, usando a nossa rede diplomática, e não cingirmos à questão da inovação.

Segunda ausência que me choca particularmente. O PNR tem questões ligadas à coesão nacional que é pertinente mas falha naquilo que está mais que caracterizado, e não é

deste ano, é já de há vários anos, que é um dos mais graves problemas sociais do país e que na Europa já se vai trabalhando muito como gérmen de terroristas e em Portugal como gérmen de distúrbios urbanos de gravidade relevante. São as questões da qualificação física e social, as questões da reforma profunda naquilo que são como coisa física e como coisa social, deixem-me chamar assim, os chamados bairros sociais. E o PNR passa-lhe completamente ao lado, tem um capítulo sobre coesão social, mas este, que é um problema grave, que precisa de muito dinheiro e de políticas corajosas para se trabalhar o PNR passa-lhe completamente ao lado.

E, para mim, surpresa das surpresas, ainda por cima temos um Primeiro-ministro que foi autarca e que é um descentralista, eu não tenho qualquer dúvida sobre a sua atitude filosófica, mas pasmei... descentralização não está no Plano Nacional de Reformas. Para mim é uma das reformas principais na gestão do Estado, no aumento da eficácia da máquina, na redução dos custos de funcionamento, e não há uma única palavra sobre descentralização no Plano Nacional de Reformas. Tudo acaba com dois números, o número dos dez mil e quinhentos milhões de euros de investimento nestas áreas chave buscando do monte dos vinte e quatro mil milhões do Portugal2020, o que me parece uma verba pequena, e os dois mil e quinhentos milhões de euros de financiamento a ir buscar ao Plano Juncker e aí já me parece uma verba absurdamente pequena porque o monte do Plano Juncker é de trezentos e quinze mil milhões. Portugal arrojarse a ir buscar dois mil e quinhentos milhões é, de facto, um arrojo muito curto. Portanto, espero que o Governo se abalance a reformar o Plano de Reformas para lhe aumentar a ambição, para lhe colocar mais reformismo naquilo que é fundamental para lhe aumentarmos a eficácia da máquina pública, o seu contributo para a indução da actividade económica e a descentralização como peça fundamental do próprio fortalecimento da democracia e da capacidade do Estado de ser melhor parceiro dos cidadãos e das empresas e dos investidores. Depois, obviamente, a componente financeira que é minha convicção que com este Plano Nacional de Reformas, que está referenciado a cinco anos, há uma ambição muito curta em termos da utilização de dois recursos financeiros muito relevantes para sustentar um Plano Nacional de Reformas como este. Esta é uma parte importante.

A segunda nota e última, em relação àquilo que o Ernesto Barros disse da descentralização. De facto, o que o Governo assumiu e tem que concordância total da ANMP é uma profunda alteração do quadro legislativo no sentido da descentralização para que toda a discussão seja feita durante o presente ano de dois mil e dezasseis, todo o processo legislativo seja executado durante o primeiro semestre de dois mil e dezassete, para que esteja publicado no fim da sessão legislativa de forma a que os candidatos autarcas que, nessa altura, estão a preparar as candidaturas que se formalizarão algures por Agosto, saibam em que quadro legal vão executar o seu mandato, aqueles que serão eleitos na eleição autárquica de dois mil e dezasseis.

Espera-se uma discussão viva, ela, na prática, ainda não começou mas sabemos que o Governo, internamente, nalgumas áreas, algumas muito importantes como a educação, está já com muitas discussões internas dentro da sua própria máquina, seguramente para se preparar para vir para a mesa das negociações, nomeadamente com a ANMP. Esperemos que esse trabalho dê bons frutos e possamos chegar ao fim com um quadro de competências relevante e não se trate o país de forma mais diferenciada do que aquilo que ele já é. Sabemos que uma das propostas mais preocupantes e mais chocantes é a possibilidade das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa aumentarem muito as suas competências e mesmo a competência política de poderem eleger os seus dirigentes, deixando todo o resto do país, as comunidades intermunicipais, fora desse processo, o que é, obviamente, intolerável sabendo que os processos de crescimento, de produção de

riqueza e de geração de emprego, são muito mais fortes nas duas áreas metropolitanas que o país tem do que no resto do país. Usar estes instrumentos para acentuar mais as assimetrias que já são relevantes não faz o menor sentido. Melhor seria inverter a razão das coisas. Eu defendo uma solução equilibrada onde se mobilize o país todo até porque o país é pequeno, não há aqui nenhum país muito grande em termos de área ou muita diferenciação cultural que exija uma abordagem faseada particularmente complexa. Partilho estas notas sobre estas matérias que vocês trouxeram ao debate nesta fazer do PAOD. Muito obrigado.”

Ponto 1. – Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 23FEV16 a 11ABR16 .

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra⁰²¹ ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²²

“Só duas ou três notas de destaque desta informação que procura, como é nossa prática, evidenciar alguns dos aspectos das ocorrências, dos eventos, que este período de cerca de dois meses nos propiciou. Eu destaco as questões ligadas às obras no âmbito do trabalho que fomos desenvolvendo em termos de análise, de diagnóstico, de elaboração de projectos, estão já lançadas e em fase de adjudicação um conjunto muito relevante de obras na área viária e da qualificação urbana. Destaque para aquela que tem maior dimensão, que também terá maior impacto, na área urbana e na industrial está também amarrada a um grande investimento industrial que é a variante de Cacia, está em fase de adjudicação de contrato para seguir para visto do Tribunal de Contas, dada a sua envergadura financeira tem que ter visto do Tribunal de Contas. A partir do próximo dia vinte de Abril iniciamos o processo das escrituras de todos os terrenos que negociámos e acordámos, que na componente da Fábrica e da Câmara são cerca de um vírgula dois milhões de euros de terrenos que vão ser comprados. É uma operação que está desenhada para durar quatro semanas, para termos tudo terminado, as escrituras feitas, pagas no dia do acto da escritura, para que logo que venha o visto do Tribunal de Contas tudo esteja pronto para que o empreiteiro, assinado o auto de consignação, possa seguir.

Outras obras de menor dimensão mas de grande importância, nomeadamente urbana. Vários troços na cidade, a nossa rotunda do Botafogo. Há todo um conjunto de intervenções que, nesta nova fase de investimento, estão a ser desenvolvidas, sabendo que muitas delas, nomeadamente esta primeira, muito trabalho de desenvolvimento. Tivemos que alterar o plano de pormenor, trabalhámo-lo aqui na Assembleia Municipal, elaboração de projectos, negociação com o agora The Navigator Company para termos montada uma operação que é muito importante para a estruturação urbana e para a estruturação de uma área industrial importante que vai acolher uma nova componente na área do fabrico do tal papel tecido ou papel de consumo doméstico.

Segunda nota que gostava de referenciar com destaque tem a ver com a comissão de acompanhamento do contrato de delegação de competências do Museu de Aveiro.

Depois de muito tempo de espera, como sabemos iniciámos a execução do contrato no dia um de Agosto, felizmente as coisas têm corrido globalmente bem, foi muito difícil, deu muito trabalho à nossa equipa técnica e à equipa técnica da Direcção Regional de Cultura do Centro a transferência de todos os contratos. Os processos do pessoal foram mais simples mas todos os muitos contratos que se tinham com a EDP, com a PT, com as empresas de segurança, com a limpeza, etc., tratar da cedência das posições contratuais com todo o rigor, com toda a qualidade, deu muito trabalho. Ficou tudo feito, está tudo tratado, todos os relatórios de diagnóstico foram executados, nomeadamente em relação ao edifício que tem um conjunto de patologias, algumas delas surpreendentes. A patologia mais inacreditável e exemplificativa é como é que a obra de ampliação do Museu acabou há tanto tempo e a ligação eléctrica ainda é provisória, ainda é a ligação da obra. Há todo um trabalho que estamos a desenvolver e esse desenvolvimento encerra uma operação de elaboração do novo projecto para qualificar aquilo que falta qualificar e, portanto, no âmbito do contrato que assinámos no dia trinta e um de Agosto do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro temos a possibilidade de fazer um investimento de cerca de um vírgula oito milhões de euros. Quisemos ouvir a comissão de acompanhamento antes de fecharmos as opções de prioridade ao investimento que precisamos de fazer no nosso Museu. Depois da longa espera em que tivemos um processo eleitoral, um Governo que pensava que era e não foi, um Governo que foi mas que foi muito pouco tempo e um Governo que finalmente foi. E ao Governo que finalmente foi tem que se lhe dar algum tempo para perceber onde está e tratar das matérias. A vida tem estas dinâmicas da democracia, mas agora o ex-ministro João Soares ainda teve tempo para despachar a comissão de acompanhamento. Foi despachada a comissão, aliás aproveitei uma diligência pessoal com ele quando ele nos honrou com a sua presença em Anadia na conferência internacional de bibliotecas públicas que a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro realizou. Conseguimos ter a nomeação e desenvolvemos imediatamente a convocação da comissão. Achámos que era muito importante colocar um resumo dessa reunião que foi uma excelente reunião, correu muito bem, foi muito discutida, muito participada, muito positiva, nesta aposta dos dois parceiros, o Ministério da Cultura e a Câmara Municipal de Aveiro, no desenvolvimento desta aposta da nova e mais qualificada gestão do nosso Museu de Aveiro debaixo do nosso contrato interadministrativo de delegação de competências; entendemos como algo de muito importante. Agora que estão as dúvidas tratadas o actual Governo quer que o contracto seja executado, equaciona alterá-lo no tal novo quadro de descentralização, tanto que evoluiremos deste para um novo consoante aquilo que venha a ser o tal novo quadro a entrar em vigor lá para o final de dois mil e dezassete ou início de dois mil e dezoito. Também saudámos essa atitude do actual Governo de honrar, nesta área, os compromissos que assumiu e, portanto, seguimos o nosso trabalho com toda a intensidade, com toda a dedicação e com alguns indicadores positivos que também saudamos, mas com muito ainda por fazer, muito ainda para andar, num processo que sendo estruturante não se consegue tratar, em quatro ou cinco meses, toda a operação. Não. Está a operação introduzida, está a instalação feita da nova entidade gestora e toca a andar que há muitas coisas para fazer. Há uma dinâmica nova, um interesse novo da comunidade na procura do Museu para fazer coisas e é esse filão que vamos querer continuar a desenvolver.

Uma última nota tem que ser para a nossa Feira de Março. Não falámos dela este ano, não houve comunicados partidários, não tivemos reportagens televisivas, mas temos uma grande Feira de Março. Um bocadinho excessiva no que respeita às águas que têm caído das nuvens mas essa é a componente que nós procuramos influenciar mas não passamos disso. Temos que respeitar as ordens da natureza e por aqui ficamos. Mas, de facto,

quero dar esta nota de realce que temos uma excelente Feira de Março, tranquila, todos os processos foram desenvolvidos, concursos públicos onde ganhou quem ganhou. Temos uma operação que não é notícia por coisas más, nós nunca gostamos de sermos notícia por coisas más, queremos é falar uns com os outros, multiplicar.

Ela acontece até ao próximo dia 25 de Abril, a Feira está muito agradável, está muito animada, tem um bom cartaz, está bem organizada, está mais atractiva e tem paz e sossego. Temos um problema grave que tem a ver com a segurança e o combate ao fenómeno dos arrumadores. Tivemos que solicitar a intervenção do Director Nacional da PSP porque o problema estava bem mais grave do que estava o ano passado, com cenas particularmente chocantes. Portanto, eu próprio, solicitei a intervenção do Director Nacional da PSP que prontamente tomou diligências. Assim, viram, a partir do fim-de-semana passado, um novo grupo de agentes da Polícia de Segurança Pública, uma unidade que está ancorada no Porto e que veio fazer um trabalho impecável e que conseguiu ser dissuasor da presença de um grupo de arrumadores particularmente violento. Não são aqueles que cá costumam estar, é um outro grupo, é um reforço que costuma vir às Feiras de Março. Por isso tomámos essa diligência.

Tomámos também a diligência junto da nossa PSP para que os dois agentes que estão de serviço, serviço pago por nós nos dias e nas noites de maior intensidade, que são as dos espectáculos, de em vez de estarem dentro da Feira passaram a estar fora, porque dentro nós não temos problemas, fora é que precisamos de um reforço para que as pessoas quando estacionam o seu carro, ou quando circulam a pé entre o seu carro e o Parque de Feiras, o façam tranquilamente, na certeza absoluta de que lá dentro estarão tranquilas.

Portanto, tem corrido muito bem depois das medidas que foram tomadas no último fim-de-semana porque as coisas atingiram um nível absolutamente intolerável e tenho que, por um lado, lamentar o laxismo da primeira situação e saudar a qualidade da segunda situação e que esperemos que se mantenha, temos essa garantia, nos dois fins-de-semana que temos pela frente; o que está agora a começar e o último que, ainda por cima, é um fim-de-semana prolongado.

Esta última nota tinha que a dar. Esta saudação a uma Feira de Março boa, tranquila, que estamos a construir com todas as trezentas empresas que estão a fazer connosco a edição dois mil e dezasseis da nossa Feira de Março.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[023](#)

“Exmo. Senhor Presidente, Exmos, Senhores Deputados, Senhor Presidente de Câmara. A propósito da sua comunicação apresentada algumas questões diretamente relacionadas outras nem tanto, mas que eventualmente poderão ter interesse.

A primeira em relação ao ponto 35 da sua comunicação a propósito da revisão do orçamento de 2016 que ai se refere. Portanto a transferência do valor de orçamento de 2015 para 2016 num valor de cerca de treze milhões de euros. Colocava-lhe a questão para que pudesse explicar melhor a proveniência, os trâmites legais e as possibilidades ou não de utilização deste mesmo valor de treze milhões de euros!? Estará relacionado com o FAM.

Segunda questão que queria colocar-lhe prende-se com o ponto 32, refiro-me aos resultados alcançados pelas Empresas Municipais em 2015 resultando numa evolução positiva. Isto era algo que se vinha tornando expectável pelo que eram as Contas por exemplo da MoveAveiro. Mas não deixo de lhe colocar a questão. Por que é que estas

empresas agora conseguem alavancar e melhorar as suas Contas agora que vão ser extintas.

Uma terceira questão prende-se com o seguinte. A páginas tantas na comunicação do Senhor Presidente, é referido, entre outros, a dinâmica do movimento associativo, as freguesias, e é referido que esse apoio foi dado com isenção de taxas — da nossa parte nada a obstar a isso. Contudo essa situação não se coaduna com a situação recentemente ocorrida e da qual temos notícia que se prende com um pedido do movimento sindical para a cedência de um palco para as comemorações populares do 25 de Abril e do 1 de Maio, que terá tido uma resposta negativa com um pedido de três mil euros.

Da nossa parte chamar atenção para dois aspectos. É no seu mandato que pela primeira vez isto se verifica no município de Aveiro. O movimento sindical e as comemorações populares do 25 de Abril e do 1 de Maio sempre se dignaram e não tiveram qualquer problema para o município — em pelo contrário. Trazem gente à cidade, sempre foi um apanágio da convivência democrática a cedência do palco. Não é mais que isso, um palco para estas comemorações. E não faz qualquer sentido de ter dois pesos e duas medidas.

Outra questão que lhe colocava tem a ver com a página onde refere melhorias e pagamentos de dívidas. Creio que sendo verdade tal facto, eventualmente indesmentível, a verdade é que cumpre dizer e sublinhar que este pagamento de dívida, também é essencialmente feito pelo esforço dos aveirenses, porque viram Taxas, Impostos e Tarifas serem brutalmente elevadas neste mandato.

Senhor Presidente, terminava no mesmo ponto com que termina a sua comunicação que tem a ver com questões de toponímia. Enfim, nada a dizer com o que ali está apresentado, contudo chamava a atenção para a situação em particular que tem sido olvidada. Em 2011 esta Assembleia Municipal aprovou a atribuição do nome de José Neves Amado a uma artéria do município de Aveiro. Relembro que José Neves Amado foi um antifascista, militante do PCP, Tarrafalista, pagou com quinze anos no campo de concentração do Tarrafal, ter participado na revolta dos marinheiros. Foi atribuída a Ordem da Liberdade e a de Comendador. Foi unanimemente aqui votada a atribuição de uma artéria, os anos passam, já lá vão cinco anos, e a verdade é que tal justiça histórica ainda não foi feita. Da nossa parte nós não esquecemos e recordamos a necessidade do município prestar a devida homenagem a este democrata e a este antifascista. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[024](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Também com a limitação de tempo que tenho imposta terei de ser muito simplista na situação.

Primeiro ponto relativamente à variante de Cacia, está aqui na comunicação do Senhor Presidente, queremos saber de facto o andamento da situação. Por que eventualmente o investimento desapareceu da própria companhia; se há contrato público para se fazerem as obras; se esse contrato público foi feito ou foi adjudicação direta, teremos de esperar pelo Tribunal de Contas para saber se passa ou não passa. Temos já histórico da antiga Portucel de investimento de promessas de postos de trabalho que nunca se realizaram e portanto promessas de investimento e de criação de postos de trabalho que não se sabe se alguma vez irão ser feitos. Resumindo. O município poderá não ter muitos investimentos no mandato e esta variante vem de facto solucionar um problema em Cacia, mas é pena que o faça somente para solucionar o problema do trânsito que ali está. Relativamente à população de Cacia provavelmente não existiria ali variante.

O Segundo ponto também era esperado que o Senhor Presidente nos falasse do FAM e das virtudes. Mas estamos sem FAM e pior estamos presos ao Tribunal nas suas considerações. E teremos de perceber que o aliviar da situação económica para os aveirenses têm a ver apenas com o Orçamento de Estado para 2016. Não tem nada a ver com diligências desta câmara ou deste presidente.

Outro ponto que gostaria de falar tem a ver com a MoveAveiro. Falou noutros pontos o que é a MoveAveiro e o problema das pessoas não se conseguirem deslocar em Aveiro nos transportes públicos, há a influência cada vez mais decisiva do carro e o estacionamento cada vez em mais locais impede que haja uma política sustentável de mobilidade urbana em Aveiro.

Outro ponto que gostaria de realçar tem a ver com o Teatro Aveirense. O que vai acontecer com a contratação. O que vai acontecer aos trabalhadores que durante anos e anos foram precários naquela situação. Não sabemos o que vai acontecer, sabemos que vai haver uma prorrogação novamente da extinção da TEMA, são sabemos o que é que vai acontecer.

Relativamente a outro ponto que vai ser discutido mais à frente tem a ver com a Homem Cristo. O Executivo pode dizer aos aveirenses que vão transformar a Homem Cristo num espaço administrativo camarário, vão tirar a escola porque há muitas outras escolas por aqui que os alunos podem eventualmente frequentar, esquecendo-se dum ponto principal que deslocalizando os alunos daquela Escola para outra Escola isso irá aumentar o número de alunos por turma e haverá um problema. Se não há investimento para fazer remodelação naquela escola como é que há depois investimento para a colocação de serviços administrativos. Aí já haverá dinheiro ou haverá uma parceria? Não sabemos.

Último ponto que falámos aqui assim de forma mais ou menos concreta, mais ou menos rápida, é relativamente ao Museu. O Senhor Presidente acabou de nos transmitir que no Museu de Aveiro houve a mudança dos contratos, mas parece que ali os colegas da bancada do CDS descobriram que o Museu de Aveiro se tornou numa coisa fenomenal. Antigamente sobre outra gestão não tinha corrido bem, mas agora como está sobre outra alçada já está tudo espetacular. Muito obrigado.”

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[025](#)

“Muito boa noite Senhor Presidente, Vereadores e caros colegas. Eu só queria dar aqui uma palavrinha acerca da Feira de Março. É uma Feira que faz parte da História da Cidade e como tal as pessoas da Cidade habitualmente iam não apenas às faturas e aos carros de choque, porque talvez fosse um dos motivos mais apelativos, mas também para um convívio cultural, musical, e para verem algumas novidades daquilo que era o mundo empresarial.

Já aqui ouvimos falar pela voz do professor Anselmo, que era ideal pensarmos as estratégias de futuro pela inovação. Quero aqui afirmar mais uma vez que havia realmente um trabalho que se estava a fazer em edições anteriores e que era bom que não se deitasse por terra ou se esquecesse. E que nessas edições havia algo que estava a dar lugar também a que novas e mais empresas que eram convidadas a participar neste certame pudessem, para que estivessem ali presentes naqueles pavilhões, não apenas com montras expositivas para promoverem as suas ações, mas também as valorizarem aquilo que eram produtos de identidade regional, local, nacional e até transnacionais. Portanto coisas do mercado já externo e que começaram a criar uma certa diferença e o tal sentido de modernidade e de um salto para fora do que é este território.

A verdade é que essa aura de modernidade não é real nesta edição. É pena que não tenha havido mais atividade crítica sobre isso e que haja mais, não é barulho político, mas que

houvesse mais de crítica e um pensamento crítico mais construtivo. A tal ponto que esse tal salto para a inovação, mantendo a tradição, não está claramente presente este ano na nossa feira. E é algo que se lamenta e que trouxe algum empobrecimento da nossa Feira de Março. E que é um facto que mais uma vez nos coloca neste pensamento. Em vez de captarmos novos públicos e mais públicos para este certame, que podia ser bem melhor e que podia realmente ser um palco da região com alguma diferença, perdeu mais uma vez nesta edição essa possibilidade.

E desde já lamento e é pena que se tenha interrompido, sendo que já havia um certo rumo que estava a ser bem levado, independentemente das políticas ou não, mas estava a ser mantido independentemente de outras questões. Mas havia uma filosofia base que estava a tentar catapultar para uma outra escala.

Pode até discordar Senhor Presidente, podem até discordar muitos, mas gostaria que quando fossemos lá não fossemos realmente apenas pelas faturas e pelos carros de choque. Acho que isso já era tempo de mudarmos um bocadinho.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁶

“Da comunicação Senhor Presidente tenho aqui umas notas. Achei positivo que se faça a variante de Cacia, pela finalidade que aquilo envolve e pelos benefícios que traz à população no aspecto viário. Mas Gostaria de saber se ficou definitivamente já resolvida a questão lá com os moradores que se manifestaram em sede de audição ou se isso ainda está por resolver e em que termos.

Acho também positiva a continuação da atividade em se fazer a rotunda do Botafogo que o executivo anterior inventariou como uma necessidade básica para a rede viária municipal e que este executivo agora, embora peque por tardio resolveu desenvolver. Mas aqui esta rotunda não pode ser distraída nunca porque a rotunda há-de ser para os veículos, mas também para as pessoas. E afigurasse-me muito muito escasso, que a Câmara nada refira na sua comunicação à melhoria da via no seu aspecto de facilitar o movimento pedonal da rotunda em direção ao Eucalipto. Designadamente para beneficiar as pessoas que moram naquele conjunto habitacional que está naquele angulo da estrada que vai da avenida da universidade e faz gaveto com a ida para Ilhavo. As pessoas que moram na realidade tem de andar a fugir aos carros. Não há uma passadeira sequer. Não há um passeio. Já agora antecipo, o senhor Presidente vai dizer que a culpa é dos anteriores, mas não será só dos anteriores porque já está aqui há três anos, está a ser alertado para isto há três anos. Vai acabar o mandato daqui a pouco, vai-se embora (espero) e aquilo fica por fazer. Nós temos de debater ao executivo actual. Vexa foi buscar meios de aumentos de IMI de 66% em dois anos. Recolhe ali milhões de euros que saca (salve seja) dos bolsos dos aveirenses. E nós não vemos ser corresponsáveis nestas questões primárias. Por exemplo quando, nessa questão da via pedonal de Verdemilho para o Eucalipto, comparado com essa casa que comprou agora ali na Von Haff, por 104 mil euros, numa via que só tem um sentido (é verdade que estrangula ali frente ao quartel) mas numa autarquia que tem carências financeiras temos de fazer prioridades – isso é elementar. Por que é que a prioridade não foi para tratar deste ponto que é importantíssimo para salvar a segurança das próprias pessoas. Não é exigível que um habitante de Verdemilho não possa à cidade a pé em segurança. Não há hipótese de vir para aqui sem estar em colisão com a circulação automóvel.

Tinha ainda aqui uma nota (não é sobre o PAM), mas olhe para mim o PAM deveria ficar à distância, já o disse várias vezes e o Tribunal de Contas deveria chumbá-lo e rechumbá-lo pois era uma medida de elementar justiça para os aveirenses. Porquê? Nós confrontamo-nos aqui com o PAM que apela à solidariedade dos outros municípios, até

daqueles que tinham situação financeira equilibrada. Porque razão é que os outros municípios deverão estar a compartilhar uma coisa que prevê (e este é um dos atritos) o aumento da dívida à REFER?

E um encurtamento do prazo? Ainda se a dívida aumentasse para ampliar o prazo de pagamento perceber-se-ia. Mas não!

Nós vislumbramos que haja qualquer coisa ali que (não quero bulir com questões de seriedade, ressalvo já), mas naturalmente que há por ali qualquer coisa encoberta. Imagino alguma obra (isto é pura imaginação) que a REFER tenha de fazer e tenha metido nessa verba. Se é para isso é absolutamente injusto e imoral face aos nossos parceiros que nos vão ajudar. E faz bem o Tribunal de Contas em chumbar.

Outro aspecto é lá o do artigo 36 salvo erro da questão das dívidas negociadas com os bancos. A dívida no fundo é ampliada. Ficamos a dever mais. Então assiste aqui a mesma pergunta: por que é que os municípios solidários à força não-de contribuir para o aligeiramento do município de Aveiro? São questões que se devem por quando se lançam estes problemas, quando se preparam estes trabalhos para apresentar aos organismos que têm o dever de vigiar. E não se pode exigir que estes organismos façam o jeito. Isto não vai de jeitos. Vai de objetividade e da legalidade. Se Tribunal de Contas entender que isto é uma ilegalidade acho muito bem. A defesa da legalidade é uma exigência para qualquer cidadão. Muito obrigado.”

Vogal Miguel Silva (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[027](#)

“Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados, público presente. Deixar aqui quatro apontamentos em nome do executivo da Junta de Requeixo/Nossa Senhora de Fátima/Nariz.

Agradecer à Câmara Municipal os alcatroamentos que foram feitos em todo o município e no caso específico em Nossa Senhora de Fátima — pequenos mas muitos importantes. Deixamos também nota que há muita necessidade em Requeixo, nomeadamente no lugar do Carregal e em Nariz no lugar de Verba. Com certeza nos próximos meses seremos contemplados com mais obra nesse sentido.

Queríamos também dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela captação de Fundos Comunitários que irão permitir várias obras. Cinco obras em unidades de saúde, três obras em escolas, recuperação no Baixo Vouga, no Museu de Aveiro. Queríamos também saber se há algumas novidades acerca do nosso Museu de Requeixo e das obras na Pateira. E já agora que falamos de Pateira e que se aproxima a Primavera, o parque ribeirinho de Requeixo e do Carregal estão muito bons, mas não estão cem por cento à disposição da população, designadamente os bares de apoio, as casas de banho, estão por ultimar. Portanto há uma celeridade nessa situação pois as pessoas começam a ter necessidade de usar esses equipamentos.

Para finalizar saber para quando é que prevê fazer a abertura dos espaços do cidadão no município? Muito obrigado.”

Vogal Carlos Ernesto Barros (CDS)[028](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[029](#)

Vogal João Barbosa (PS)[030](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS)[031](#)

Vogal Anselmo Castro (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[032](#)

“Apenas uns breves comentários e esclarecimentos. Portanto o Senhor deputado Paulo Marques no seu papel que lhe cabe de ver o copo meio cheio, disse que não havia

nenhuma freguesia onde não se fizessem obras de pavimentação — e é verdade. Mas olhando para o copo meio vazio não há nenhuma freguesia que não tenha problemas graves de pavimentações. Isso é sem dúvida uma pesada herança que vem de há muito tempo. O dinheiro é pouco e ainda por cima gasta-se em coisas que não são úteis, como ali na Artur Ravara onde aquela passagem elevadíssima, ponte psicadélica, não sei como chamar, geringonça, talvez. Mas depois como manifestação de que aquilo não serve para nada, fazem passadeiras elevadas por baixo que é para mostrarem que ninguém anda lá por cima. Quando se gasta dinheiro nisso alguém é responsável. Alguém aprovou isso e agora assobiam para o lado, mas fizeram. Portanto há problemas graves de pavimentação. Eu sei que o esforço é grande e o dinheiro é pouco e que algumas coisas mais graves foram resolvidas (tenho de reconhecer isso), mas há muito, muito para fazer. E já agora uma coisa que custa pouco dinheiro, porque eu perguntei, e foi-me dito pelo Senhor Presidente da Câmara que se ia resolver rapidamente, mas passado um ano continua pacientemente e insistentemente ali aquele semáforo junto ao pavilhão do Beira- Mar a piscar. Aquilo ali tem horas de ponta regulares e aquilo é uma perturbação enorme do tráfego. É perigoso. Não é para morrer ninguém, mas para bater lata não é mau. Eu já estive perto disso. Gostava de saber o que é que se pretende, enfim. Retirem o semáforo ou façam alguma coisa. Fizerem isso junto à antiga farmácia Capão Filipe onde retiraram o semáforo que não estava lá a fazer nada, registo isso, foi útil. Mas aquilo está lá há não sei quanto tempo e gostava de saber quais são os planos da Câmara para aquilo.

Finalmente, também uma coisa que é simples mas não menos importante, que é a limpeza e manutenção dos sistemas de águas pluviais ali na própria rua da Pêga. Eu sei que aquilo tem um perfil mal feito, mas isso já está e não há nada a fazer, aquilo foi desenhado para ter inundações, mas de qualquer dos modos é importante tratar da evacuação das águas pluviais porque hoje aquilo era para nadar de barco. Estava a ver que ficava sem automóvel lá porque sem exagero estava lá uma toalha de água com vinte centímetros de altura. Isso não custa muito, é uma questão de manutenção, era outra sugestão que eu fazia.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³³

Vogal João Barbosa (PS)⁰³⁴

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³⁵

Presidente da Mesa:⁰³⁶

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³⁷

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁸

“Muito obrigado, Boa noite à Mesa ao Executivo e aos meus colegas da Assembleia. Bem, parece que não vamos mais falar do PAM porque ali o Senhor Barbosa descobriu uma mina de dinheiro e portanto, Senhor Presidente, está resolvido, não há PAM para ninguém e vamos todos fazer obra é só andar para a frente – está estória do PAM já foi. Já na última Assembleia isto foi discutido e é triste que haja aqui deputados que não sabem o que é estar numa Junta de Freguesia e não poder trabalhar. Não é tanto assim porque neste momento (e desde o início) temos uma boa relação institucional com a Câmara e todos estamos a trabalhar apara o mesmo que é fazer de Aveiro um município diferente. Um Aveiro, uma cidade, onde todos gostamos de estar e onde vamos de certo ter mais emprego – isso já está à vista. Onde vamos ter mais turismo e outras coisas mais que vão acontecendo.

Agora algumas notas dobre a freguesia de Esgueira. Uma delas vai para o facto de vermos adjudicada a Rua José Falcão. A Rua José Falcão é uma rua que está a precisar

em urgência de uma intervenção à muito tempo. Congratularmo-nos com o facto dessa intervenção ser profunda. Mexer com aquilo que são passeios, estacionamento, águas pluviais, é importante que isso aconteça. Portanto deixar aqui uma palavra de apreço por sabermos que está para muito breve e estamos muito desejosos de ver a obra concluir.

Chamar a atenção para outros arruamentos que são necessários e que estão a ficar muito degradados. A Rua Bento Moura, sabemos que está no plano do PEDU, mas está depois destas chuvas, a degradação foi muito grande.

Depois deixar aqui outra nota para o viaduto de Esgueira. O Viaduto está naquela situação como todos vemos, não é. Já não é de agora é de há muitos anos. Há muitos anos que é uma aventura passar naquele viaduto. A degradação a que está votado diz o que diz e é de facto alguma requalificação ali naquela zona.

Depois a Avenida das Agras. Já na última Assembleia fiz referência a isso. De facto aqueles passeios têm muito movimento todos os dias, não só pela abertura da rotunda mas também pelas caminhadas que são feitas naquela zona. Sabemos que muito em breve vamos fazer caminhadas para uma outra zona que está requalificada e que vai ter uma requalificação acrescida que é a zona da Ribeira de Esgueira.

Depois também congratularmo-nos aqui com a captação financeira para a requalificação da Escola Dr. Jaime Magalhães Lima. Viemos há pouco, eu e o Senhor Presidente, do Dia do Agrupamento, e sabemos que aquela dinâmica e aquela ação de toda aquela gente, daquele grupo que todos trambalham ali, é de facto também importante para a dinâmica da nossa freguesia e até do nosso concelho. Portanto congratularmo-nos porque há captação financeira para projetos em Aveiro ao contrário do que aqui ouvi dizer nesta Assembleia.

Outra referência é também, e voltando atrás para outro arruamento, é a rua do Ervideiros. A estrada dos Ervideiros é uma estrada que já vem, desde há muitos anos, não foi com este executivo, continua a ter graves problemas sempre que chove. Portanto chamar atenção para que haja atenção para essas ruas.

Um outro assunto que tem sido também algum problema para as juntas de freguesia, que era os carros abandonados que estavam a ocupar os nossos estacionamentos. É com muitos bons olhos e com apreço que vemos pelo menos na freguesia de Esgueira foram todos retirados. Portanto deixar aqui uma palavra de agradecimento porque era um trabalho para o qual também cooperamos, e ver neste momento esse assunto resolvido, é importante. Portanto deixar estas notas e agradecer toda a cooperação que tem acontecido entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia. Nomeadamente numa coisa que afetou a Junta de Freguesia, e queria fazê-lo aqui publicamente, foi o facto de termos sido alvo de um assalto no passado 14 de fevereiro, em que fomos assaltados e nos furtaram em géneros e valores cerca de dois mil euros. E agradeço publicamente ao Senhor Presidente e a todos serviços da Câmara a ajuda e a cooperação que de facto foi brilhante, para que nesse dia pudéssemos fechar a porta mais ou menos tranquilos. Obrigada.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

“Saudar a Mesa, a digníssima Câmara, Senhores deputados. E vir aqui manifestar a satisfação e o regozijo da comunidade de Cacia e relativamente ao termino da construção do novo Centro de Saúde, que esperamos fique a curto prazo ao serviço da comunidade de Cacia e não só. E dentro disto queria agradecer ao Senhores Presidentes de Câmara (ao anterior e ao actual) por se empenharam ao longo de muitos anos para que isto fosse uma realidade. E estender também isso aos executivos da Junta de Cacia

que também ao longo de anos mantiveram esta chama, porque foram anos demais a sofrer situações degradantes que foram minimizadas pela instalação dos contentores, mas que mesmo assim continuavam a ser não satisfatórias. Portanto agradecer a todos o esforço. E nós, naturalmente em Cacia, lhe agradecemos. Esperamos que a curto prazo entre ao serviço da Comunidade pois o espaço é qualificante e desejamos que não seja por falta de pessoal e do seu empenho que os serviços de Saúde em Cacia não tenham um aumento de qualidade que o investimento ali feito merece. Portanto acho que é um acto de justiça feito à freguesia de Cacia, atendendo à especificidade das atividades que há mais de 60 anos ali existem e que são potenciadoras de alguma degradação de Saúde das pessoas. E portanto acho que é de inteira justiça que o façam.

Queria também aqui agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Eng. Ribau Esteves, pela resposta que deu ao desafio que lhe fiz, por esta obra ser fundamental e está à vista, ser possível a qualificação da zona envolvente. Basta ir a Cacia e ver que etemos um belíssimo Centro de Saúde, mas qualificamos bastante também o espaço da zona centro de Cacia. Em nome dos Cacienses obrigado Senhor Presidente pelo seu trabalho, pelo seu empenho, pelo seu interesse, porque é uma obra que fica. Recordando o que estava antes e o que está hoje, retirou-se uma situação muito má e ficou uma situação para a posterioridade que nos orgulha a todos.

Queria levantar também aqui uma questão que foi o investimento da Portucel e sobretudo sobre o arruamento. Eu queria dizer que a questão do arruamento é fundamental para Cacia. Só quem não conhece Cacia e a circulação viária do lugar, pode colocar alguma vez em causa, independentemente de haver investimento ou não da Portucel, a utilidade desta via. Quem está no centro de Cacia e quiser ir para norte não tendo esta via terá de andar a salpicar pela rua da Portucel pelo meio dos camiões ou da pasta ou das madeiras, portanto só quem não percebe isso.

Portanto este arruamento é fundamental porque vai poder requalificar todo o eixo viário do lugar de Cacia, da sua ligação do centro com a N109, que para quem anda nestas coisas a algum tempo e algumas pessoas que aqui estão andaram, já foram presidentes, já foram algumas tentativas, nunca resultaram, porque a solução esbarrava nesta possibilidade. Este arruamento vai ter um melhor enquadramento viário para quem vem para Cacia, para quem quiser sair de Cacia, sobretudo na sua relação com a parte Norte.

Relativamente ainda à viabilidade do investimento da empresa que se pôs aqui eu diria que essa situação está a ser resolvida. Tem sido uma necessidade histórica da empresa. Claro que a Câmara municipal fez o seu trabalho e agora a empresa tem a responsabilidade do investimento. E acho que a Câmara Municipal também deve exigir à empresa o esforço ou a contrapartida do esforço que a entidade pública está a fazer relativamente ao arruamento. Isto é importante e espero que a viabilidade da empresa passe também por um aumento do número de postos de trabalho, que é importante para Cacia e é importante para a zona. E neste caso Senhor Presidente queria dizer força, porque os dinheiros públicos bem merecem essa força. Obrigado.”

Vogal David Paiva Martins (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁴¹

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴²

“Caros colegas, boa noite a todos. Telegraficamente alguns pontos que gostaria de salientar. Em relação à primeira reunião da comissão de acompanhamento do contato interadministrativo da delegação de competências para gestão do Museu de Aveiro eu recordo que quando o assunto foi debatido aqui na Assembleia Municipal todos os

partidos da oposição criaram uma nuvem negra acerca da passagem da gestão do Museu de Aveiro para o nosso município. Agora que temos um governo socialista a trabalhar com a nossa Câmara parece que corre bem! Registámos um crescimento de dezoito por cento nos visitantes. O mérito deste crescimento pode não ser do município, mas se não houvesse esse crescimento de certeza que a culpa seria do município.

Próximo ponto que eu gostaria de salientar é tem a ver com a dinamização do mercado Manuel Firmino. Sei que houve a iniciativa de oferecer a primeira meia hora de estacionamento e de reduzir pra setenta cêntimos a hora. Penso que isso é muito importante para as pessoas que frequentam o mercado e poderá trazer novos clientes ao mercado.

Para finalizar. Não está na informação escrita, mas foi esta semana homologado mais um Guinness World Records do dia do ritmo, que é uma iniciativa da sociedade musical de Santa Cecília em parceria com o município de Aveiro e com as entidades e que mais uma vez entrou para o record do Guinness. Obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴³

“Muito rapidamente. Quando me abordaram para ser candidato à Assembleia Municipal eu aceitei em função das características do senhor Eng. Ribau Esteves, que era meu presidente na altura. Características que resumidamente, ser proactivo, resiliente, resistir, procurar soluções.

Neste momento nós estamos confrontados com um governo da república que não só em campanha eleitoral para o caso de necessitar de eleições legislativas, como já iniciou a sua tarefa de procurar derrubar executivos municipais de outros partidos.

Não espanta por isso que não haja nenhuma solução apresentada no que diz respeito à questão do FAM.

Ora sendo o FAM uma questão importantíssima para a resolução dos problemas do município de Aveiro, eu não posso deixar de felicitar o Senhor Presidente pela capacidade que tem demonstrado para resistir e para tentar procurar soluções alternativas. Penso que Aveiro merece isso, todos nós merecemos isso, os cidadãos de Aveiro merecem isso.

Lamento, como já aqui foi dito, que haja nesta Assembleia quem entenda que as resoluções dos problemas do município não sejam uma prioridade. E lamento mesmo que se venha aqui criticar a solidariedade de outros municípios, quando a sociedade vive de solidariedade. Porque eu também podia não ser solidário e recusar-me a pagar os impostos que pago em favor daqueles que necessitam da redistribuição de rendimentos. Portanto Senhor Presidente os meus agradecimentos por esse esforço que continua a fazer e os meus parabéns por ele. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁴

“Muito obrigado a todos pelas questões e pelas intervenções. Algumas notas sobre algumas delas, sabendo que uma ou outra temos que ir lá outra vez nos outros pontos, onde aprofundarei melhor nesse pontos nomeadamente as questões de natureza financeira. O Filipe Guerra começou por uma delas e que é o nosso saldo; vamos falar dele de duas formas, na conta e na revisão orçamental. Mas quero deixar uma nota. Nós, por um lado, temos na mão um empréstimo de uma verba que não é nossa, antecipamos dez vírgula cinco milhões de euros e temos que os cuidar bem. Temos uma disputa, que correu mal numa primeira fase mas que agora tem corrido bem, com a DGTF a solicitar que devolvamos o dinheiro. Portanto, temos que cuidar na nossa tesouraria essa

circunstância. Um. Dois, correu bem a gestão da nossa relação entre a receita e a despesa. A receita, falaremos sobre isso, não é só aumento de impostos, há uma componente muito relevante daquilo que sobrou, deixem-me dizer assim que são os um vírgula dois milhões de euros da venda de duas lojas no Centro Comercial Glicínias e da venda das nossas participações na ERSUC e que valem, mais ou menos, um terço desse montante que se disponibilizou. E isto permite-nos o quê? Viver, não é tranquilos, mas viver com mais tranquilidade o ano de dois mil e dezasseis sem PAM. Nós não nascemos ontem, nós já nascemos anteontem. Como somos gente otimista preparamo-nos para a intempérie e para o pior cenário. Nós continuamos a trabalhar para lutar pela conquista dos melhores cenários mas sempre com um pé atrás preparados para os piores. E a diferença é só esta. Nós, em dois mil e dezasseis, sem PAM temos dez milhões de euros, quase dez milhões para pagar à banca de serviço de dívida de médio e longo prazo, e uma boa parte dele já está pago porque nos carrega no primeiro trimestre. Com PAM só precisaríamos de um milhão. Guardámos porque nos quisemos preparar para o pior cenário porque não nascemos ontem, já somos de anteontem. Obviamente, no cenário que temos entre o não visto e a decisão do visto, porque vamos um PAM visado pelo Tribunal de Contas, disto não haja dúvida, deram-nos os argumentos legais e políticos para tomarmos medidas extraordinárias para vivermos este período. Pensariam outros que atiraríamos a toalha ao chão, que choraríamos, que vínhamos para aqui com estes discursos que se ouvem de vez em quando e que é a solução do nada. A solução do nada é a solução de quem não é responsável, nem solidário, nem quer o bem para os nossos cidadãos. Por uma questão muito simples, o nada não é solução. Eu ser contra o PAM é eu ser a favor do nada porque o nosso quadro jurídico mandou-nos ir para o FAM e fazer um PAM. Nós não somos legisladores por mais que alguns de vocês achem que eu sou um tipo muito poderoso e que mando nos governos e na Assembleia da República e fazem o que eu quero, essa perspectiva é absurda. Eu tenho o meu espaço de influência mas não mando, não consigo mandar, em nenhum Governo, nem em nenhuma maioria Parlamentar. Portanto, o quadro legal é o quadro legal. E se o meu antecessor, no quadro legal dele quando herdou a câmara num estado hiper-miserável, pior do que aquilo que eu herdei, se agarrou à lei e fez um Plano de Saneamento Financeiro e ia buscar sessenta e quatro milhões de euros, depois com a sua falta de jeito só conseguiu ir buscar cinquenta e oito, foi porque a lei, na altura, tinha aquele instrumento para utilizar. Esse instrumento que se usou na altura já não existe na lei, o nosso instrumento, agora, é o FAM e o PAM e fomos à lei usá-lo porque fomos obrigados, por lei, mas também porque fomos contentes porque é a solução. Defender o resto é circo político, é pura demagogia e é a solução pelo nada. E nós não desenvolvemos o nosso Município, nós não resolvemos o problema às mil e duzentas entidades a quem devemos dinheiro, algumas delas há dezassete anos, com a solução do nada. Mas uns defende o nada e levam dez por cento de votos nas eleições mesmo depois de terem estado no poder, outros defendem soluções mesmo que algumas sejam difíceis e exigentes mas recebem a confiança dos cidadãos e os cidadãos têm visto que somos capazes de as executar mesmo contra dificuldades que nesta componente do tempo da aprovação do PAM têm sido mais do que aquilo que nós perspectivávamos noutro pior cenário. Mas estamos preparados. O que diriam alguns se nós tivéssemos tido uma gestão em dois mil e quinze diferente, vivido como é hoje moderno gastar o que se ganha e hoje nem dinheiro tivéssemos para cumprir o serviço da dívida e para pagar os ordenados aos nossos funcionários. Que satisfação teriam alguns que já se manifestaram aqui satisfeitos se nós não tivéssemos sido previdentes e não tivéssemos tido a solução que tivemos. As medidas extraordinárias que estão na nossa informação e que estão todas a ser implementadas, é triste porque algumas não vamos poder pagar a algumas empresas; alguém disse aqui (foi o

Presidente Fernando Marques) que acabaram. Fomos nós que acabámos com elas? Não, mas demos uma ajudinha; demos mesmo. Não vamos poder pagar a todas porque algumas já nem existem. Algumas, as cartas que eu assinei agora a dizer que vamos pagar, a quatrocentas entidades, o título que lá está não é a empresa 'x', é ao administrador de insolvência da empresa 'x'. Assinei várias assim. Foi a Câmara de Aveiro que acabou com elas? Não. Mas a Câmara de Aveiro deu uma ajuda? Deu. Esta é a nossa atitude desde o início, é a nossa atitude hoje e vai ser a nossa atitude até ao fim do mandato. Alguns querem que a gente vá embora. Mandará, em primeiro lugar, a nossa vontade e, em segundo lugar, a vontade dos nossos cidadãos. Mas tenho a certeza absoluta que se fizermos bem a nossa vontade vai ser de continuar e se continuarmos no ciclo de crescimento dos bons resultados que temos tido, na gestão da Câmara e na prestação de serviços de qualidade, os nossos cidadãos vão querer continuar também. Os que foram peças fundamentais para terem levado o nosso Município para onde levaram é minha profunda convicção que, se aparecerem, os nossos concidadãos não vão querer que voltem. Vamos viver o mandato, até ao seu final, com toda a intensidade que temos vivido e quando chegar esse tempo cada um tomará as suas decisões e os nossos concidadãos seguramente decidirão como sempre decidiram e decidiram sempre bem.

Neste aspecto, alguns dos resultados das empresas municipais, são exemplo de resultados da boa gestão. Nós mudámos radicalmente a gestão. O laxismo, a falta de autoridade, a falta de transparência, a falta de rigor na receita, a falta de rigor na despesa, isso acabou. E, obviamente, que dá resultado, pois com certeza que dá resultado. Comparar os resultados das empresas e da Câmara de dois mil e quinze com dois mil e treze ou dois mil e doze é uma diferença incomensurável. De onde nasceu? Da qualidade da gestão. Mais nada. Trabalhar sobre a receita, trabalhar sobre a despesa, e nem tudo foi o aumento do imposto. Ninguém aumentou o tarifário na MoveAveiro, a MoveAveiro tem o mesmo tarifário, e a condição financeira da empresa melhorou muitíssimo. Ninguém aumentou o tarifário da EMA. Os resultados da EMA são positivos porque se encaixou uma receita antes da despesa, mas tirando isso são os melhores, pelo menos, dos últimos quatro anos. Não fiz comparações para trás. Portanto, estas são as dinâmicas e, de facto, dois mil e quinze é um ano muito interessante.

No rigor está também cedermos o palco a quem é associação privada sem fins lucrativos, cedermos o palco a outra gente e a outras instituições que, pela sua natureza, pagam a cedência como é normal e como pagam tantas coisas como é normal na sua actividade.

Em relação à toponímia, Filipe Guerra, dizer-lhe isto. Nós não temos só o José Neves Amaro, temos o Carlos Candal, temos outras pessoas importantes e boas. Não vou aqui fazer medições de importância. Estamos à espera de termos arruamentos, agora vou dizer um disparate, com dignidade urbana para recebermos as pessoas. É um problema que temos, objectivamente. Andamos à procura. Esta ideia do Presidente Fernando Marques pode ser uma ideia interessante para nós resolvermos alguns destes problemas. Vai ser um problema para algumas cabeças é que a "rotunda Carlos Candal" não vai aparecer na morada de ninguém. Há gente que acha que o nome de rua é importante se for a morada de muita gente ou muitas empresas. Eu, por acaso, não acho isso. Temos algumas rotundas que o nome dado pela prática popular, falámos hoje de uma, a do Botafogo, é uma referência urbana e não é a morada de ninguém.

O António Neto e o Presidente Casimiro Calafate falaram das questões de Cacia. Deixem-me pegar na nota do Presidente Calafate. Esta variante é importantíssima hoje. Nós estamos a trabalhar com o pressuposto de um investimento privado, esse investimento privado é contributivo financeiro para a nossa operação... Sim. Mas ela tem uma importância enorme. Eventualmente a malta precisa de circular um bocado dentro

da estrada privativa da Portucel para ver o inferno que é, principalmente em alturas de pico de intensidade de circulação de viaturas da operação fabril, para verem o que é o risco que correm os operadores das máquinas e das viaturas da empresa e as viaturas privadas que por lá passam. É uma obra de grande importância múltipla e vamos fazê-la, esperando que a Navigator Company resolva bem os constrangimentos que o actual Governo lhe criou naquilo que respeita às regras de plantação de eucalipto para que as coisas sigam para a frente e esta operação, que é altamente geradora de emprego e de riqueza, possa acontecer. Eu próprio já tive diligências com o Sr. Primeiro-ministro sobre esta matéria e o Sr. Primeiro-ministro está sensível. Tem é que resolver um problema com o Partido Ecologista Os Verdes e estamos à espera que o Sr. Primeiro-ministro consiga resolver esse problema.

Quanto ao IMI deixar claro que está a acontecer aquilo que nós prevíamos. Está-se a aplicar a taxa zero cinco, objectivamente o imposto aumentou, mas aquilo que dissemos e que aprovámos está a acontecer. Temos muitos cidadãos que estão a pagar igual e temos cidadãos que estão a pagar menos IMI. Somou-se à taxa de zero cinco o IMI familiar, como nós o chamamos, e a redução dos coeficientes de localização. Está tudo em vigor, actualmente, e, portanto, quem tem três filhos, mesmo que viva numa zona onde não houve redução em função do coeficiente de localização, tem, como consequência, pagar hoje o mesmo IMI que pagou no ano passado.

O António Neto e o Anselmo Castro falaram de coisas muito vagas, isto da política sustentável, de mobilidade; o Prof. Anselmo Castro até fez uma intervenção que lhe fica um bocadinho mal como professor universitário desta área. Agora acabou um bocado a conversa. É preciso sermos objectivos. PDM, revisão do PDM. Os documentos estão em cima da mesa, venham os documentos que têm propostas para enriquecer o documento global. Não vale a pena conversas que não dizem nada, que são zero. Está lá uma estratégia, vamos embora. Mas lembro que a operação começou já em Dezembro. Tivemos nesta sala uma discussão de opinião pública e não vi cá certas pessoas. Mas acabou a conversa e a demagogia. Trabalhai, escrevam e partilhem, marquem reuniões para discutirmos. Nós já estamos a trabalhar nessa matéria. Não são intervenções no ponto um da Assembleia Municipal que vão ajudar. Apareçam, toca a trabalhar, mandem os textos, marquem reuniões e vamos embora porque o processo já está a andar e vai acabar no cronograma que nós aprovámos; quem não conhecer o cronograma está lá no documento, tem lá um cronograma de desenvolvimento que está a ser plenamente cumprido.

António Neto, ninguém vai acabar com a escola Homem Cristo, como é evidente. São referências que nós fizemos e fui sempre claro: não há dinheiro no horizonte próximo para mobilizar recursos para mudarmos a Câmara. Obviamente que também já está decidido que não há dinheiro para requalificar a Homem Cristo. Relembro sempre que as outras três escolas secundárias têm capacidade para receberem mais dezoito turmas. Deixem-me saudar eu, que vocês não saudaram, a Parque Escolar, saudar o anterior e o actual Governos, o anterior e o anterior, porque finalmente acabou a obra de requalificação da nossa escola secundária Mário Sacramento. Uma belíssima obra, felizmente ainda se foi a tempo do Governo anterior cortar uma serie de disparates gordurosos que o projecto tinha. Temos uma excelente escola. Leva mais oito turmas do que a anterior capacidade. E temos que olhar para isto porque, como está no PDM, Prof. Anselmo, a nossa previsão é de crescimento demográfico zero. Estão lá três cenários e nós escolhemos o cenário de crescimento zero na década de referência de trabalho na área do nosso Plano Director Municipal.

A Maria da Luz tem sempre aqui umas nuances interessantes, depois há-de fazer-me um desenho sobre nos mandatos em que foi vereadora onde é que estava a inovação da

Feira de Março. Eu posso dizer-lhe onde é que estava a inovação mas não vou dizer em público porque são coisas vergonhosas de mais. E aí havia muita inovação. Devo dizer que, nessa matéria, a inovação acabou completamente. A Feira é gerida com todo o rigor e há inovação na gestão e qualidade absoluta e transparência. A sua tal inovação não sei se eram as tais coisas com que nós acabámos. De resto, eu que sou cliente da Feira de Março desde que me tenho por gente fico para ver. As suas ideias venham elas mas não esqueça que nós este ano vamos ter a segunda edição dos Techndays já no formato liderança Câmara. Há uma componente da nossa actividade económica que vai para os Techndays. Vamos ter a nova Agrovouga, que não vai ter este nome, que é outra componente da economia que vai para lá. Nós não queremos a Feira de Março como uma feira de economia para ter a tecnologia, para ter agricultura, para ter o turismo. Não. Há um mapa feito e uma estratégia. Queremos a Feira de Março com uma componente comercial e económica, achamos que aquela componente é interessante a vários níveis para a Feira mas queremos a marca tradicional sempre com enriquecimentos de inovação, mas sempre uma Feira da diversão, do convívio, da fartura, do carrinho de choque. Nós queremos esta feira, quem não gosta de farturas e de carrinhos de choque, tem lá o tirinho, tem lá bolas às latas. Há um conjunto de diversidades, está lá a Mordomia de S. Gonçalinho a vender o melhor 'licor de alguidar' que alguma vez se produziu nesta nossa cidade. Portanto, divirtam-se com uma diversidade incomensurável, chamando a atenção que a Feira acaba no dia vinte e cinco de Abril.

O Dr. Jorge Nascimento, e outras pessoas, falaram sobre a questão da rotunda do Botafogo e do circuito pedonal.

Vão ver que esta rotunda do Botafogo não tem nada a ver com aquela simulação de obra que houve em tempos. Zero. Uma das coisas que vamos fazer, que vamos arrancar, são dois muros para criar passeios com qualidade. Vocês hoje veem a rotunda do Botafogo quando vão para Ílhavo, do lado direito há uma construção nova com passeio, mas antes dessa há uma casa com o muro em cima do alcatrão. O próprio muro do Botafogo, até certa altura, tem o muro em cima do alcatrão e a partir de uma certa altura abre-se com uma berma de cerca de dois metros de largura. Em tudo isso vai ser construído passeio. Actualmente, não temos passadeiras neste troço; vão ser desenhadas as primeiras passadeiras. Vamos começar a trabalhar, a investir em circuitos pedonais. O Sr. Dr não compare é a intensidade pedonal aqui e a ligação com a Rua de Sá com a Rua Eng. Von Haff porque aqui, nem consigo dizer o número, mas são muitíssimos mais peões do que circulam na ligação Verdemilho-Eucalipto. É evidente que não há condições para circular a pé, é verdade, são muito precárias. Mas não pensem que há muita gente para fazer aquele percurso a pé, que há muita gente para fazer um grande percurso pedonal de ligação Verdemilho-Eucalipto a pé porque não é de todo assim. Eu sei que quando há coisas boas gosta-se de dizer mal. Já comprámos a casa da Rua Eng. Von Haff, vai abaixo, está o projecto a ser acabado, vamos lançar o concurso, vamos fazer passeios, vai acabar o risco com que aqueles milhares de cidadãos que circulam naquele troço de estrada e no cruzamento cego com mil problemas.

Estamos a desenvolver projectos no Museu de Requeixo e à procura de uma solução financeiro, deixando claro que não há fundos comunitários no Portugal2020 para museus. Nós vamos fazer a operação com as nossas próprias receitas.

Em relação à Pateira, a operação de desassoreamento está integrada no desassoreamento da Ria e estamos a acabar a avaliação de impacto ambiental. Correu mal numa certa fase, na ponta final correu bem, está-se a desenhar a chamada DIA e as medidas DIA de mitigação que a DIA vai definir. A Pateira está lá, na Pateira não temos

nenhum problema relevante, noutras componentes da Ria, aí sim, temos outros problemas para tratar.

Quanto a Carregal e a Requeixo, há matérias para corrigir, temos tido problemas de vandalismo com alguma delicadeza, temos estado a trabalhar com a nossa Junta para arranjar soluções, coisas ridículas como tirarem cinquenta parafusos ao observatório de aves do Parque do Carregal ou irem roubar a loiça sanitária ao sanitário do Parque de Requeixo. É o mundo em que nós vivemos mas não é fácil termos soluções para andarmos atrás desta malta, termos polícia em todo o lado não é fácil e, por isso, temos que encontrar soluções em todo o lado. Também é preciso que baixe a água, este foi um inverno particularmente penoso, para depois podermos fazer as arrumações finais para que os usos, e já temos, como sabeis, várias solicitações de uso, o que é bom, se façam e exploremos o bom investimento que todos fizemos com um projecto da Câmara e com investimento da POLIS.

Espaço do Cidadão. Más notícias...o actual Governo embargou o processo. É chocante, estamos a trabalhar com a Sra. Secretária de Estado da Administração Administrativa, coma Sra. Ministra aliás, pode ser que algum colega nosso, membro da Assembleia, nos dê uma ajudinha porque o actual Governo decidiu embargar a instalação do Espaço do Cidadão alegando que não tem dinheiro. O negócio que fizemos é um negócio claro e sério. As câmaras dão espaço físico e funcionários; o Governo, pela AMA, dá formação aos funcionários, hardware e software e mobiliário. Pela nossa parte os espaços estão prontos, as pessoas estão formadas, já foram feitos curso de formação que foram de quinze dias, houve, portanto, um investimento brutal nosso e da AMA na formação, e agora vêm-nos dizer que não há dinheiro para nós instalarmos os nosso trinta Espaços do Cidadão na Região de Aveiro. Os nossos de Aveiro e de mais oito dos onze municípios da região. Estamos a trabalhar com o Governo, a fazer pressão. Isto não pode ser, temos que resolver o problema. O Governo anda a tentar inventar uma solução com os Fundos Comunitários, o que é muito difícil porque a alimentação financeira vem do Orçamento do Estado mas neste momento ainda não há solução. A luta continua, como até é prático agora dizer, mas procuramos que se concretize o compromisso que assumimos uns com os outros como todos temos boa consciência.

O Ernesto Barros disse uma frase que eu gostava de subscrever e de sublinhar ou de realçar. A nossa opção tem sido continuar os bons projectos e as obras que herdámos, arrumar as más, resolver os problemas maus, otimizar o bom. Essa é a nossa cultura. Herdámos muita coisa má, temos sido claros a dizer uma parte, há uma parte que nunca diremos por nos causaria, nos... instituição município, grave dano, há outras que temos que dizer por motivos de natureza política de gestão da participação dos cidadãos na resolução do problema, mas obviamente somos herdeiros de muitas coisas boas, felizmente. Portanto, procuramos dar-lhes bom seguimento e fazer com que sejam melhores. As USF são dois exemplos. Só herdámos bons projectos, de resto miséria de tudo: terrenos por comprar, concursos por lançar, litígios com o financiador. Mas tínhamos duas ideias e dois compromissos assinados de financiamento. Isso foi muito bom, pegámos nisso e conseguimos concretizar. Está resolvido, dia vinte e três de Abril, estais todos convidados, às onze horas inauguramos em Cacia, ao meio-dia inauguramos em Esgueira, e dia vinte e seis estarão os srs. doutores, pessoal auxiliar, enfermeiros, a trabalhar, ao dispor dos cidadãos, quer numa, quer noutra, porque a exigência que nós fizemos e que o Ministério da Saúde aceitou foi inaugurar num dia não útil, num dia de fim-de-semana, e no dia útil imediatamente a seguir pôr tudo a funcionar. Está tudo a ser trabalhado, a ser instalado, tem sido um trabalho de equipa muito correcto entre a nossa gente e os funcionários e técnicos do Ministério da Saúde, da nossa ARS do Centro e do nosso ACERS, as USF e extensões.

No caso de Esgueira assinalar-se-á com o início do edifício o início da nova USF chamada “Esgueira +”, que é um nome que dá aquele ar positivo. A mais jovem USF do nosso município inicia a sua actividade formal no novo edifício que vamos inaugurar no dia vinte e três. Está toda a gente convidada.

Quanto às fontes. As fontes têm dois problemas. Primeiro, a fonte, no sentido biológico do termo, em regra, acabou. Já não está lá a fonte. Portanto, temos que encanar e das duas uma: ou encanamos uma água não potável com um conjunto de riscos mesmo que coloquemos lá uma placa a dizer ‘água imprópria para consumo’, o que é sempre feio numa fonte; ou ligamos à companhia e alguém tem que pagar a água que jorra. As fontes têm este tipo de problemas no mundo novo em que nós vivemos. Algumas têm e queremos que tenham presença urbana; a questão da presença da água tem algumas delicadezas. Podemos apostar em algumas, sim, não interessa “a gente paga”. As fontes antigas já não estão lá e o leiteiro “impróprio para consumo” é muito complicado colocar e, em regra, é muito raro ver, por esse país todo, essa solução tomada pelas câmaras municipais.

O Paulo Marques falou do Estádio. Eu queria deixar nota que estamos a fazer um investimento na relva, vamos fazer um investimento na cobertura aproveitando um trabalho que se fez com a seguradora por causa de um acidente de intempérie que existiu no inverno de dois mil e doze para dois mil e treze. Conseguimos gerir bem esse processo e temos esse processo a andar. Tem sido um gosto grande ter a única equipa de futebol de onze que disputa campeonatos nacionais a jogar em casa no nosso Estádio; é a equipa júnior do Beira Mar, que disputa o Campeonato Nacional, joga, em casa, no nosso Estádio. É uma delícia ver aquela malta a jogar no nosso Estádio. Portanto, queremos-lo bem. Conseguimos ganhar a disputa pela final da Taça Distrital de Futebol com o nosso Beira Mar e com o Águeda. Uma palavra pública de agradecimento ao Águeda que milita na divisão acima do Beira Mar e que aceitou jogar em casa do seu adversário. É um acto de desportivismo que nós registamos com muito agrado. Lá estaremos, no dia cinco de Junho, para primeiro ver as meninas a jogar à bola, do ALBA e da Ovarense, às três da tarde e às cinco e meia ver esse grande dérbie regional entre o Beira Mar e o Águeda. E vamos conquistar mais coisas. Grandes provas nacionais e, quem sabe, se a bola correr bem, se não vamos conquistar alguns episódios de provas europeias.

João Barbosa, tomei boa nota de tudo. Quanto à Rua do Gravito estamos a ultimar o projecto, lembrando que o projecto incluiu toda a Rua do Gravito e o pedaço da Rua do Carmo até ao cruzamento a Rua Eng. Oudinot. Portanto, o arruamento é todo. O projecto está mesmo nas notas finais para ser lançado concurso. É minha convicção absoluta que V. Exa. vai gostar e visitaremos a obra. Mas não precisa de estar sempre à minha espera. Pode ir visitar o turismo militar, se precisar de ajuda a gente vai, o Costeira também pode dar uma ajuda, seguramente, se não souber onde é o RI10, mas é fácil, quando sai do ferry vira à esquerda e está lá o RI10 e é só entrar na porta de armas e ir visitar o museu; ou irmos à BTL. Estais sempre convidados para tudo, podemos organizar, para o ano, uma excursão de comboio ou de autocarro e vamos visitar a BTL em operação organizada.

Dra. Ana Seiça Neves fez aí uma baralhação entre passadeiras sobrelevadas e lombas. Nós queremos apostar cada vez mais nas passadeiras sobrelevadas e tirar as lombas. Aquelas lombas prestas e amarelas, que de vez em quando existem aos pedaços, por exemplo no Viaduto de Esgueira, junto à Escola da Glória, queremos acabar com tudo isso. E nos sítios onde é mesmo necessário, como por exemplo na Escola da Glória que é mesmo necessário, sobrelevar as passadeiras e acabar com as lombas que, além do mais,

batem mais e têm o problema que aquilo tira-se e, de vez em quando, desaparece e não têm a eficácia que nós bem entendemos.

Quanto aos Cartões de Residente eu solicito que quem conhecer casos objectivos que os faça chegar. Recentemente, por exemplo, apanhámos uma rede, pequenina, de falsificação. Quem souber de histórias objectivas nos comunique, a mim ou ao Vereador Jorge Ratola que é quem gere. Recentemente tivemos um problema desses e as pessoas vão ter processos-crime e acabou a conversa. Quem falsifica documentos não tem perdão de nada, acionamos o circuito. Detetámos, é uma rede muito pequenina mas está detetada e está participada. Portanto, quem tiver uma coisa dessas, um residente que não consegue tirar o seu cartão porquê? O não residente tem cartão porquê? Isto não se fala de generalidades, são precisos casos concretos para nós podermos tratar de todos eles como queremos, como é evidente.

Este dia dois demonstrou a valia da primeira empreitada de águas pluviais que está terminada, temos já uma empreitada de resolução de velhos problemas. Hoje já ninguém nadou na praca de S. Bartolomeu ou junto à Farmácia capão Filipe, etc. As obras feitas resultaram mas ainda há muito para fazer. Neste momento estamos prontos para lançar o segundo concurso para prosseguirmos este trabalho de qualificação de águas pluviais que é um dos mais graves problemas de infraestrutura básica do nosso município. Obviamente há circunstâncias de pluviosidade em que não há rede que aguente e é preciso que a estrada ajude para que depois o regresso da bonança resolva os problemas que a intempérie nos traz.

Vários de vocês falaram de obras e objectivos que estão no PEDU. A Presidente Ângela Almeida foi uma delas. Quanto ao PEDU já chegámos a acordo, já fechámos o acordo com o Centro2020 que vai ser o nosso financiador. Está-se agora a tratar das formalidades do contracto. Acto imediato à formalização do contracto apresentaremos publicamente o PEDU. É um bom acordo, é um bom conjunto de investimentos na área da mobilidade, na área da reabilitação urbana e na área da qualificação dos bairros sociais. Temos um bom acordo, um bom contracto. Também traremos à Assembleia Municipal a nossa ARU, a nossa Área de Reabilitação Urbana, também aqui virá, em tempo, ligado ao tempo da apresentação pública do PEDU, num acordo que entendemos ser um bom acordo que fizemos com a autoridade de gestão.

Quanto ao Museu apenas dar-vos esta nota de que não está escrito em nenhum texto que a nova gestão é responsável pelo crescimento dos visitantes. Não está escrito em lado nenhum. Agora, é uma nota positiva, mais interessante como dizia o Manuel Prior, muito mais interessante como dizia o Simão Quina, do que se fosse ao contrário. É melhor ter notas positivas do que negativas. Eu julgo que o Partido Socialista também ajudou muito. Tudo aquilo que vocês fizeram a dizer mal da delegação de competências, ajudaram a ter más notícias, e isto gerou em mais gente a vontade de conhecer o Museu. Portanto, também vos quero agradecer a vocês terem sido contra e terem andado com aquelas notícias todas porque acho que ajudou a haver mais notícias, mais atenção, que levou mais gente a ir ao Museu. Estamos no início, ainda há bocado disse que estamos na introdução da nova gestão, mas tenho a certeza absoluta que o nosso Museu de Aveiro, de Santa Joana, vai crescer muito e vai ser uma casa cultural de grande importância na dinamização da nossa cultura e na oferta diferenciadora da nossa cultura na área do turismo.”

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[045](#)

“Muito obrigado. De forma rápida, aqui relativamente à intervenção do Senhor Presidente, de falarmos em demagogia. Demagogia de facto quando se promete não

aumentar impostos e depois vai-se aumentar porque estamos mediante uma existência de uma campanha eleitoral.

Relativamente ao IMI talvez a cláusula de salvaguardada que foi implementada pela Estado não vai encarecer, mas muita gente já aqui falou que de facto há um aumento brutal nos impostos para os aveirenses.

E também para pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que desse aqui uma justificação. O que é que nós estamos aqui a fazer? Nós não estamos aqui a trabalhar para a Câmara Municipal, nós estamos aqui a fiscalizar a Câmara Municipal e a sua atividade. Muito obrigado.”

Vogal Anselmo Castro (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[046](#)

“Não posso deixar de dizer o seguinte. Quando falei sobre questões de estratégia procurei fazê-lo de uma forma cordata e de uma forma delicada. Mas lamento perceber que o Senhor Presidente da Câmara tem muita dificuldade em empregar esse estilo.

O seu estilo resvala muito rapidamente da vivacidade para a agressividade e muitas vezes tem (tenho que o dizer) falta de educação.

Eu ouço-lhe dizer a uns que se baralhou, a outros que dizem disparates, que são demagogos – e peço desculpa mas isto não é uma linguagem para uma discussão elevada e era bom que acabasse. Eu pelo menos não a admito.

Mas já que se entra pelo discurso mais duro, eu também sou capaz de o fazer. E portanto, em vez de lhe dizer delicadamente, posso dizer-lhe que neste momento no plano, para já a estratégia deve vir dum plano estratégico que desconheço. Mas na revisão do plano do PDM o que lá está em termos de estratégia, posso dizer muito claramente que, é uma combinação de ideias vagas, de auto elogio bacoco e de banalidades.

Portanto era bom que discutisse estratégia. E não há melhor sitio para o fazer que na Assembleia Municipal.

Não é lá nos sítios que o Senhor Presidente da Câmara entende ir falar, e convoca e dá ordens e guias de marcha e diz onde é que é.

Paciência. O sítio ideal para discutir estas coisas é aqui nesta Assembleia Municipal. Portanto eu gostava que quando as pessoas fazem intervenções construtivas obtivessem respostas construtivas e não nesse seu estilo.

Já disse o Senhor Presidente da Câmara que o tempo é limitado mesmo para ele, é verdade. Talvez porque goste deste estilo não tem tempo depois para responder a perguntas concretas, muito demagógicas, como o que quer fazer ali com o cruzamento junto do Beira-Mar em que é a terceira vez que lhe pergunto e não obtenho resposta. E pronto. É tudo.”

Vogal João Barbosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[047](#)

“Como vossa Ex.ª sabe Senhor Presidente, eu sou dos que vou, vejo, e assisto. E sempre me habituei a que quando prometo cumpro. Não tenho culpa que o Senhor Presidente diga muitas coisas e depois perde-se a prometer. E a mim já me prometeu umas quatro ou cinco coisas – e quando quiser eu faço-lhe o filme. Portanto não precisava de me prometer. É só isso. Não prometa. Não pode fazer não faça ou não prometa. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

“Só uma palavra em relação à intervenção do Prof. Anselmo Castro. Quero rejeitar liminarmente a sua referência à minha falta de educação. E, de si, lições de educação, zero. Mal-educado foi o Senhor em ter dito o que disse sobre mim, porque as palavras que usei são palavras normais, tranquilas, intensas sim, mas apenas para discordar de si.

O Senhor acha que o Plano não tem estratégia? Eu acho que tem. Os técnicos que o fizeram acham que tem. O que eu o desafiei é para fazer propostas objetivas.

Podemos debater na Assembleia tudo. Só que estamos num campo em que é preciso escrever e é preciso partilhar as ideias com profundidade. Podemos ter aqui os debates todos, embora quando os fizemos o Senhor não veio ao debate. Mas nesta fase é preciso ser concreto, ser objectivo.

Nós achamos que está lá uma estratégia, concordamos com ela, revemo-nos nela. O Senhor acha que não, muito bem. Mas ajude-nos lá, escreva duas ou três páginas ou um parágrafo seja lá o que for, e pode ter a certeza absoluta que vamos olhar, ponderar, discutir consigo se nos der essa oportunidade, para mudarmos se tivermos espaço e encontrarmos espaço na reflexão que podemos fazer.

Muito bem, há aqui uma coisa que deve ser melhorada no aspecto A ou no aspecto B; decidiremos sempre nós com certeza, mas com toda a abertura para melhorarmos os pressupostos. É assim. Mas como bem sabe não são conversas de uns minutos que nos permitem tratar este tipo de matéria.

Terá sempre total intensidade e total educação, como bem sabe porque me conhece há muitos anos, trabalhámos muito um com o outro e, portanto, essa coisa do Senhor vir aqui de vez em quando fazer de político, pelo Partido Socialista, daquilo que sabe que entre nós não existe, parece um acto muito pouco feliz.

Quanto àquilo que chama de autoelogio bacoco, dizer-lhe que é ignorância sua. Porque o que está é um tratamento estatístico da informação estatística produzida pelo INE.

De facto Aveiro é bom e é melhor em muitos rácios. E o que está no Relatório é feito pelos nossos técnicos. O Relatório não está feito por mim, o texto que está escrito por mim é o texto da estratégia.

Quanto ao cruzamento do Beira Mar tem resultado bem a solução que tivemos e um dia destes vai acontecer lá uma coisa grande e importante e que nos vai levar a mudar a solução.”

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa⁰⁴⁹ colocou à votação o “Voto de Solidariedade para com os Ativistas Políticos Angolanos, repudiando o processo judicial e os atropelos aos direitos humanos e apelo à sua libertação”, apresentado pelo Bloco de Esquerda, sendo o mesmo aprovado por maioria.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

De seguida, o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵⁰ a primeira reunião da Sessão Ordinária Abril, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 26 de Abril (3.ª feira), pelas 20:30 horas. Segue convocatória da continuação nos termos regimentais.

Eram 00:30 horas do dia 16 de Abril de 2016.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:00)